

MARCELO GONÇALVES MARCELINO

**A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA
NO PARANÁ 1930-1970**

**Monografia de especialização apresentada ao
Programa de Pós-graduação lato-sensu em
Sociologia Política pertencente ao
Departamento de Ciências Sociais do Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2011

RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de reconstruir a trajetória das Instituições políticas do Paraná através de uma abordagem holística e contextualizadora sobre os desdobramentos históricos, sociais, políticos e econômicos que ocorreram nesse Estado a partir da chamada “República Nova”. As transformações no Estado do Paraná também começam em 1930, principalmente com a consolidação de Manoel Ribas a frente do Estado; mas as mudanças industrializantes demoram a ocorrer. Com isso, o Paraná começa a construir as suas bases de infraestrutura tardiamente, já que a ideologia desenvolvimentista iniciada no Brasil começa a influenciar as ações das políticas públicas de Estado, já a partir da revolução burguesa capitaneada por Getúlio Vargas em 1930. A chegada de Ney Braga ao governo do Estado do Paraná marca o início da construção do Paraná moderno na busca pela sua inserção política e econômica em nível nacional. Para isso é necessário construir as bases do capitalismo paranaense através da criação de instituições financeiras e de infraestrutura, além é claro daquelas que envolvem a pesquisa e o planejamento das ações de governo. A partir dessa perspectiva como podemos compreender as forças políticas e econômicas envolvidas nesse processo de construção de um Paraná mais desenvolvido, industrializante e integrado? A ditadura militar brasileira influencia de que maneira as transformações econômicas e sociais no Paraná? Quem são os técnicos e mentores da construção do modelo de planejamento adotado na prática no Paraná. Essas questões contribuem para que o leitor consiga compreender o recorte de objeto dessa pesquisa, ao longo da reconstrução histórica que faremos a seguir no nosso trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.....	4
1 UMA BREVE SÍNTESE POLÍTICO-SOCIOLÓGICA (AS BASES DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CONFIGURAÇÃO CAPITALISTA) E A INSERÇÃO DO PARANÁ NO PROJETO POLÍTICO-ECONÔMICO	7
2 INTERVENCIÓNISMO ESTATAL E IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL – UMA BREVE RETROSPECTIVA	13
2.1 A CORRENTE NEOLIBERAL	22
2.2 A CORRENTE SOCIALISTA	22
2.3 CORRENTES DESENVOLVIMENTISTAS	23
3 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NA FORMAÇÃO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO: O PRIMEIRO ESTÁGIO DE IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS	25
3.1 QUANTO À COPEL	28
4 INTRODUÇÃO DOS ASPECTOS QUE ENVOLVEM O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTISMO NO PARANÁ	32
4.1 AS INSTITUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTISMO	42
4.1.1 CODEPAR	45
4.1.2. BADEP	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO ESTADO DO PARANÁ..	59

INTRODUÇÃO

A partir da crise de 1929 as idéias keynesianas transformaram-se em ações através de políticas públicas em infraestrutura comandadas pelo presidente Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos, já em 1933. O modelo planejado e dirigido pelo Estado estava sendo implantado pela ex-União Soviética de Stalin, já na década de 1920 segundo sistema econômico-político do socialismo real; portanto, não era monopólio nem do capitalismo nem do socialismo a idéia central de planejamento e dirigismo da economia. As necessidades de construção da economia de mercado capitalista e da infraestrutura socialista ditaram o ritmo do aprimoramento do processo produtivo com as suas inerentes regulações e intervenções. A ideologia desenvolvimentista configura-se então, a partir das transformações ocorridas com o modelo capitalista liberal que chega a um impasse no final da década de 1920 com a crise econômica financeira deflagrada pela quebra das bolsas de Nova Iorque e Londres no final de 1929. O planejamento e a intervenção do Estado, principalmente na economia, nascem como uma necessidade urgente e passam a ser considerados os antídotos contra as deformidades do capitalismo desenfreado, e, ainda, podem salvaguardar e impulsionar o processo de acumulação capitalista.

No Brasil essa ideologia desenvolvimentista inicia sua trajetória com a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930 e toma forma mais aguda nos anos em que Juscelino assume o poder, já em meados da década de 1950, e ainda, transforma-se em contornos mais rigidamente centralizados na ditadura militar. No Paraná o plano de desenvolvimento começa a ser criado na década de 1950, apesar de já no período de 1930 o governo de Manoel Ribas começa a implantar mudanças bastante importantes rumo à racionalização das atividades econômicas consideradas necessárias ao desenvolvimento da estrutura produtiva paranaense, seguindo uma tendência nacional. O aprimoramento e a forma mais elaborada dessa estrutura ocorrerão apenas na década de 1970 com a criação do Sistema de Planejamento e do Iparades (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e seu órgão ou instituição específica para elaborar planos e praticar políticas governamentais de organização e planejamento voltadas ao desenvolvimento - a Secretaria de Planejamento que surge em princípio através da formação de um sistema, conhecido como Sistema de Planejamento do Paraná.

METODOLOGIA

O trabalho compreende uma revisão de literatura sobre os principais aspectos que envolvem a sociologia histórica brasileira especificamente no que se refere ao período que floresceu a ideologia desenvolvimentista e seu processo de construção no Brasil, mesmo antes de 1930.

A partir da abordagem clássica sobre a temática do desenvolvimentismo no Brasil procurou-se tratar como ocorreu a inserção do Paraná no projeto de desenvolvimentismo nacional seguindo as orientações de uma ideologia assimilada pelo governo federal e transferida para o plano político e econômico não apenas para o núcleo do poder central, mas também para as periferias regionais espalhadas pelo Brasil.

O percurso do projeto de desenvolvimento paranaense refletia uma ideologia desenvolvimentista de forma tardia. Com isso, as instituições mais expressivas na forma de aparelhos ideológicos mais robustos são criados apenas nos anos sessenta orientados por uma tecnocracia especializada.

Desta forma, procurou-se tratar as instituições do desenvolvimentismo paranaense a partir dessa primeira fase de construção de um projeto paranaense de desenvolvimento capitaneado pelo governador Ney Braga, e a reunião do material bibliográfico e documental refere-se a princípio a esse período. Os estudos e as análises do Pladep e a bibliografia indicada nos orientam para entendermos como o Paraná se situava em termos econômicos, demográficos, sociais e políticos. O processo de construção da Codepar e do Badep permitem investigarmos como o Paraná constrói as bases do desenvolvimentismo regional.

Esses documentos foram recuperados da Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público, Ipardes e principalmente da Secretaria de Planejamento.

Isso é importante à medida que colabora para a compreensão da ideologia desenvolvimentista recuperada após o vazio de debates e ações proporcionado pela força do regime autoritário e suas intenções e prioridades que não apontavam naquele período para patrocinar o desenvolvimentismo.

Ainda no que diz respeito aos técnicos do Planejamento é importante entender e ressaltar de que modo a ideologia desenvolvimentista servia de suporte teórico-metodológico ao estratagema de planejamento requerido pela ideologia e

como essa ideologia é internalizada pelos agentes norteando seus comportamentos e ações na direção do cumprimento das tarefas exigidas pela política tecnoburocrática. A ideologia pode ser compreendida quando se consegue extrair entre o que se pensa, planeja e o que se produz efetivamente.

Apesar dos documentos nem sempre seguirem uma fidelidade em termos de fatos concretos, mas de qualquer forma é um instrumento fundamental de investigação e análise, abrindo espaços diversos para o questionamento histórico e sociológico.

1 UMA BREVE SÍNTESE POLÍTICO-SOCIOLÓGICA (AS BASES DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CONFIGURAÇÃO CAPITALISTA) E A INSERÇÃO DO PARANÁ NO PROJETO POLÍTICO-ECONÔMICO

A oligarquia tradicional colonial passou por diversas etapas de mudança e adaptação principalmente a partir de meados do século XIX com a eclosão potencial e dinâmica da Segunda Fase da Revolução Industrial que ocorreu na Europa e contaminou a periferia com o deslocamento cada vez maior de uma enorme mudança tecnológica em curso e uma avalanche de acumulação de capital comandada pelo capitalismo financeiro, já ensaiando uma repercussão em nível internacional (mundial). As oligarquias primário-exportadoras como as do Brasil tiveram que se adaptar as exigências das economias centrais no que tange ao impacto das relações de troca e o deslocamento intenso do fluxo de capitais na transição de um capitalismo competitivo e comercial para um capitalismo monopolista de maior envergadura.

O impacto dessas mudanças em níveis estrutural, funcional e histórico foi muito mais profundo e irradiador de alterações nos países periféricos, incluindo o Brasil do que evidentemente nos ditos países centrais de economias muito mais dinâmicas e acostumadas com saltos quantitativos e qualitativos, mesmo porque, esses países pela sua compreensão histórica e cultural sobre a importância estratégica e potencial de seu lugar no mundo tendem a se adaptar muito mais facilmente as contingências inovadoras. A existência de uma burguesia mais solidamente implantada pela sua própria raiz histórica permitiu que as passagens entre as várias modalidades de estrutura capitalista e seus modos aprimorados de inserção fossem sendo construídas ao longo das revoluções política e econômica.

A transição entre o Império e a República e as mudanças no capitalismo global impuseram mudanças quanto à configuração e a harmonização de interesses em relação à burguesia agrária dependente. O sistema colonial com seu núcleo de poder fechado teve que se abrir e adaptar as novas condições impostas pelo padrão que fundia interesses entre os capitais industrial, financeiro, comercial e agrário.

As oligarquias sofreram fortes impactos principalmente a partir da queda do Império e a revolução de 1932 foi uma continuação da grande revolução de 1930, e que contribuiu para depurar as elites tradicionais e inclusive as mais recentes que

ascendiam ao novo Estado burguês, mas não sucumbiram totalmente as pressões políticas e econômicas internas do capitalismo monopolista em gestão e dos mecanismos de integração impostos pelas economias centrais. Houve um rearranjo na definição das articulações políticas que cabia a esta burguesia colonial enquanto estava sendo processado um novo modelo de desenvolvimento, com a intenção de permanecer com pelo menos uma fatia do poder de decisão e influência na política e na economia brasileira. Portanto, a oligarquia rural ou agrária enquanto parte tradicional da burguesia não foi totalmente suprimida da cena política brasileira, apesar da crise conjuntural profunda que abalou as bases de seu poder político e econômico ter enfraquecido a sua capacidade de requerer e influenciar as articulações junto ao poder político. A diminuição do poder político-econômico da aristocracia rural empurrou-a a fazer composições e concessões com outros grupos sociais, inclusive os de ascensão recente na sociedade brasileira. Mesmo que a oligarquia agrária, da forma como a conhecíamos tivesse sofrido efetivamente uma drástica ruptura ela não desapareceu da cena política, mesmo porque, a sua cultura política permaneceu, já que essa elite transferiu padrões coronelistas e clientelistas de uma cultura política até hoje disseminada das mais variadas formas e lugares no Brasil.

De qualquer forma, a década de 1930 marcou a ruptura entre o Estado burguês tradicional do tipo oligárquico e o Estado burguês capitalista moderno que ascendia ao poder diante da revolução comandada por Getúlio Vargas. A derrota do poder oligárquico ocorreu em termos gerais pela aparição de novos atores sociais provenientes de uma economia comercial-industrial ascendente e da própria modificação nas estruturas sociais que surgem com a maior complexidade da sociedade devido ao avanço do processo de urbanização característico de economias que começam a se industrializar. Mas algumas marcas ainda permanecem, principalmente na maneira de fazer política do modelo anterior, pautado por hábitos e costumes que permanecem por gerações.

O desenvolvimento de um mercado interno mais robusto ocorreu em parte pela modificação no padrão primário-exportador com a entrada de novos agentes produtores de mercadorias e serviços, a intensa imigração de estrangeiros trazendo novas perspectivas de negócios e braços para o trabalho concomitantemente com a abolição da escravatura, fez com que a população disposta a entrar no mercado de trabalho e novas demandas sociais e econômicas aumentassem consideravelmente.

Segundo Fernandes¹:

O movimento global da transformação capitalista, sob as peripécias do capitalismo competitivo dependente, precisa, pois, ser analisados sociologicamente com extremo cuidado. Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem (ou, seria melhor, se reproduzem, já que as condições econômicas, sociais e políticas são diferentes). As conseqüências desses processos, aos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva, bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente numerosa para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não se ver suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena burguesia cada vez mais volumosa e agressiva (em termos de competição de por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades – eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a performance do desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente.

As frequentes crises econômicas ocorridas na economia exportadora, e que, aliás, alcançou seu apogeu nos anos da década de 1930 (Primeira Guerra Mundial, Depressão e Segunda Guerra Mundial) haviam revelado as limitações estruturais e o grau de dependência que a economia brasileira havia chegado, mas, ao mesmo tempo, mostraram as necessidades de ocorrerem mudanças profundas no que tange ao aparelhamento e a racionalidade do estado burguês em ascensão rumo ao planejamento das diretrizes de um funcionamento de uma economia de mercado capitalista moderna convivendo com setores tradicionais atrasados e sempre dispostos a lutar pela manutenção do *status quo*. As crises econômicas e políticas aumentaram a consciência social e política dos diferentes grupos e classes sociais, mas que ao mesmo tempo, não foram suficientes para que a sociedade se libertasse das amarras que impediam que grande parte da população participasse do processo político, já que, a centralização do poder, que sempre existiu na cena política brasileira, continuou bastante forte principalmente até o final do primeiro governo Vargas.

As contradições de classe tornaram-se mais evidentes a partir do momento que o sistema oligárquico já não escondia mais as relações de troca espúrias e precárias de uma divisão social do trabalho baseada na subjugação de todo um conjunto de classes sociais inferiores, além da deterioração participativa no conjunto do processo decisório político promovida durante muito tempo através de ligações estreitas coronelistas e clientelistas. Essas relações sociais e políticas de cunho oligárquico-coronelista foram aos poucos sendo colocadas à mostra através do

¹ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 250.

processo integrador quase inevitável entre a grande metrópole capitalista e o setor rural que já não mantém mais o isolacionismo de antes.

Estes choques entre o urbano e o rural, o agrário e o industrial e o comercial e o financeiro foram se desmembrando em diversos grupos e facções de interesses, que, principalmente já a partir dos primeiros anos da década de 1930 demonstram que o capitalismo brasileiro passaria por disputas conflitantes tanto no interior da cultura estamental agrária brasileira quanto da própria disputa capitalista por terrenos mais férteis de inserção de negócios de um capitalismo monopolista ainda em incipiente ascensão.

O conflito e as rivalidades que se abriram a partir da Revolução de 1930 marcam certamente a natureza dos conflitos mais intensos entre os diversos setores da burguesia nacional desde o início do século XX. O que se deve ressaltar nessa mudança na ordem política e econômica já durante as implementações das políticas governamentais de cunho intervencionista é que estas não ocorreram de uma forma previamente planejada, mas que foram sendo acertadas e costuradas politicamente conforme os movimentos políticos no interior e fora do estado com vários grupos e facções em discussão permanentes.

Segundo Ianni²:

Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram o resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes e as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa.

A política paranaense reflete os movimentos políticos e a tentativa burocrático-racionalizante do novo estado capitalista burguês em ascensão. Mas no caso do Paraná em particular as velhas e tradicionais personalidades políticas mantinham um vínculo maior com os assuntos político-econômicos e estratégicos nesses estado. Mas as articulações políticas que mantinham as elites anteriores dividindo os espaços de poder na estrutura política, econômica e social do estado do Paraná em um nível comparativamente maior que no Brasil de forma geral também

² IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 26.

tiveram que se adaptar às mudanças capitaneadas pelo governo federal. Desta forma, o aparelhamento burocrático estatal começa a tomar forma e contornos mais instrumentais face às necessidades do capitalismo incipiente e das pressões políticas do governo central.

Segundo Oliveira³:

Na crise de 1937, novamente Manoel Ribas segue fielmente a orientação do Catete, mostrando, que, tal como em 1932, e com um grau ainda maior de consenso, o Paraná apoiava o Estado Novo. As principais orientações das políticas públicas de Manoel Ribas à frente do governo do Paraná atendiam aos seguintes critérios em linhas gerais: 1) *racionalização e modernização burocrática*: a) o controle e austeridade orçamentária era um dos principais itens de sua gestão, manifesta principalmente na demissão do funcionalismo contratado no regime anterior; b) criação da Secretaria da Agricultura (em 1944); c) criação do Instituto de Identificação da Polícia Civil, do departamento Médico-Legal e do Laboratório do Estado; criação do Departamento estadual de Estatística; 2) *infra-estrutura*: melhoria do sistema de comunicações e estrutura viária com a construção de novas rodovias e benfeitorias nas estradas do estado, além de melhorias no Porto de Paranaguá”. A principal novidade foi a construção da Estrada do Cerne, ligando Curitiba com o norte do estado, até Jacarezinho e daí a Londrina. Um dos empreiteiros foi Antonio Lacerda Braga, pai do futuro governador Ney Braga (ef. ALBUQUERQUE, 1994: 40); 3) *educação*: construção e obras em várias escolas, como as instalações do Colégio Estadual, da Escola Agrônômica, da Escola de Aprendizes Artífices, da Casa do Jornaleiro entre outras; 4) *fomento à industrialização*: a) implantação da indústria Klabin em Monte Alegre. Esta foi uma medida importante, pois significava o início de políticas públicas de implantação industrial de grande porte no Paraná. O local no qual se formou a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A era um antigo latifúndio no norte dos Campos Gerais, próximo de Tibagi – A Fazenda Monte Alegre. Em 1932 o banco do estado do Paraná arrematou as terras que pertenciam a uma firma falida e a vendeu para o grupo Klabin. Importantes conexões entre Getúlio Vargas, Manoel Ribas e as famílias Klabin e Lafer forma centrais para o sucesso do empreendimento. Nos anos seguintes foi construído um impressionante parque industrial na área, com usinas de energia, cidade para os trabalhadores e todo um conjunto de moderna infra-estrutura no local (ef. CUNHA, 1982: 30-53 e FERNANDES, 1974). Pode também ser citada a implantação da Companhia de Cimentos Portland em pinhais, região de Curitiba e a estatização da Ferrovia São Paulo-Paraná; 5) *colonização*: a) revisão e implantação de uma nova política agrária e de colonização fundiária. Algumas concessões do período anterior foram revistas. A concessão à companhia de Terras norte do Paraná e ao Engenheiro Beltrão foram mantidas; 6) *características gerais do regime*: a) repressão política aos “inimigos do regime”, traço da política nacional do Estado Novo, que no Paraná se manifestou na perseguição aos esquerdistas e à classe trabalhadora e na vigilância e no controle sobre as comunidades de imigrantes.

Mas o dirigismo econômico e político dessa fase da república brasileira merecem um destaque especial, mesmo para uma economia periférica como a do estado do Paraná que ainda não havia elaborado um plano consistente de planejamento como uma alternativa de desenvolvimento econômico-social, mesmo nos anos da década de 1950, já que o planejamento paranaense ainda não tinha saído do papel, apenas sinalizava intenções.

³ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Estado novo 1937-1945: notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 53, 1997.

O que aconteceu nos anos de 1930 foram movimentos políticos em consonância com as necessidades econômicas e os interesses da classe burguesa tradicional e aquelas em ascensão particularmente no Paraná, além de refletir uma tendência da mudança política e econômica nacional de fortes ligações com bastante reciprocidade e identificação com esse Estado. As políticas públicas colocadas em prática eram sinais de que o Paraná aceitava e propagava as necessidades de mudança político-institucional que conduzia o Estado burguês para uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, mas sem excluir, ao contrário do que aconteceu em termos nacionais, pelo menos parcialmente, as elites políticas tradicionais.

Por outro lado, as políticas governamentais adotadas por Manoel Ribas também demonstraram que o Estado do Paraná iniciava uma trajetória rumo a um intervencionismo estatal em assuntos estratégicos de desenvolvimento a partir de uma maior racionalização do poder público e das iniciativas de aprimoramento burocrático estatal com intuito de apoiar o crescimento e desenvolvimento do estado já que as crises econômicas suscitavam mudanças profundas na ordem político-institucional com aperfeiçoamento nas formas de gestão e administração pública e com rearranjos múltiplos entre as classes sociais e acordos diversos entre a classe burguesa tradicional e aquela em ascensão que advém da aceleração do processo de urbanização e incorporação de novas classes médias e populares.

Portanto, torna-se importante pensar o Paraná em termos de aderência a uma política de desenvolvimento similar a nacional, mas com uma estrutura econômica-política e cultural própria onde às classes hegemônicas detinham uma forte influência nos assuntos estratégicos do Estado desde antes da revolução de 1930. Mas até que ponto o plano de desenvolvimento paranaense seguiu a trajetória nacional, com que intensidade e como foram organizadas as bases em termos de racionalização técnica e burocrática desse processo que incluía principalmente a burguesia industrial local nova e tradicional, além de compartilhar interesses externos ao Estado do Paraná que se ramificavam e se adequavam as estruturas políticas do período?

2 INTERVENCIONISMO ESTATAL E IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL – UMA BREVE RETROSPECTIVA

O desenvolvimentismo não pode ser entendido apenas como um projeto de industrialização planejada, apoiada e executada pelo Estado. A partir desse momento passa ser interessante fazermos algumas diferenciações a respeito do conceito de Estado e Governo.

Segundo Bobbio:⁴

Ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado sempre se ocupou também do problema dos limites do poder, problema que geralmente é apresentado como problema das relações entre direito e poder (ou direito e Estado).

Desde quando do problema do Estado passaram a tomar conta os juristas, o Estado tem sido definido através de três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania (conceito jurídico por excelência, elaborado por legistas e universalmente aceitos pelos escritores de direito público). Para citar uma definição corrente e autorizada, o Estado é “um ordenamento jurídico destinado a exercer poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes” (Mortati, 1969, p. 23).

Em relação a um conceito de governo podemos utilizar novamente Bobbio que o define da seguinte forma:⁵

Assim como em nenhuma comunidade se realiza uma conformidade espontânea e automática às normas sobre as quais se funda o desenvolvimento normal e ordenado das relações sociais, em toda a comunidade política existe um órgão que tem o cômputo de impor as regras de conduta e de tomar as decisões necessárias para manter a coesão do grupo. Este órgão é o Governo.

Essa estrutura de poder que reflete um pacto básico gerado pelas relações de dominação e que as garante através da coerção e/ou hegemonia (consenso), no âmbito de um dado território podemos chamar de Estado e esse Estado governado através de várias formas de organização da vida política e pela mão de um conjunto de titulares de funções e de agências que detém institucionalmente a capacidade de exercer o poder político é aquela que podemos chamar de governo. Os governos passam a exercer suas funções e a coordenar as ações do Estado e o desenvolvimentismo faz parte do sustentáculo da fase de transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista mais dinâmico e robusto, com o apoio da grande maioria da população, cooptada pelo sistema ideológico construído em

⁴ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 93, 94, 1987.

⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Ed. UNB, p. 554, 2002.

grande medida pelos potentados detentores do capital econômico, político e intelectual desse país, demonstrando que o consenso prevaleceu na sociedade brasileira, tanto pelo pacto social quanto pela ação hegemônica do Estado, independente dos momentos de coerção que ocorreram regidos por regimes autoritários em determinado período.

Para um país periférico e extremamente dependente do setor agrário-exportador a industrialização precisava ser o ponto de referência e impulsionador das mudanças econômicas necessárias para por em marcha à nova fase de acumulação capitalista. Mas quando falamos a respeito de mudanças econômicas necessariamente mexemos com toda a sociedade e a sua forma de inserção nos diversos projetos estruturais e estruturantes por parte das diferentes camadas sociais e suas interações diante do processo de conformação entre a sociedade civil e política.

Como já havíamos mencionado anteriormente as origens do desenvolvimentismo não podem ser marcadas a partir da ascensão de Vargas ao poder em 1930, mas sem dúvida são arquitetadas como um projeto de fato nesse período. Segundo Bielschowski:⁶ “Ao que tudo indica, o período 1930-45 – sobretudo os anos do “Estado Novo” – marcou um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante”.

Podemos afirmar que a revolução de 1930 abriu espaços para uma nova concepção de estado burguês com a inserção de novos atores políticos e econômicos, além de propiciar a criação de instituições políticas e econômicas, que anteriormente eram inexistentes. Grande parte da burguesia rural tradicional não pensava na possibilidade em termos de articulação com os novos atores envolvidos, e também não estava em seus planos, ou até mesmo os industriais ascendentes do final do século XIX para o início do XX. Essa etapa de expansão do capitalismo monopolista que inaugurava uma nova fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas necessitava do aprofundamento e alargamento das forças advindas da indústria.

Nesse aspecto, a revolução de 1930, apesar de no primeiro momento hesitar em termos de compromisso político em favor de uma política industrializante mais

⁶ BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 248.

incisiva, a ação estatal foi decisiva tanto no sentido de acelerar o movimento econômico real como na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação de indústrias de base no país.

Os momentos de hesitação e ambiguidades provavelmente ocorreriam em qualquer situação de transição de regime e *modus operandi* político-econômico, mas o marcante e importante nessa primeira fase – 1930-45 era o início da tomada de consciência, pelo menos parcial, da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar. É nesse momento que os novos atores civis (políticos profissionais, intelectuais, técnicos, homens de negócios, além das massas populares) e militares irão ampliar os debates e o processo de interação social em um quadro frutífero para iniciar um pacto social que será construído pela ideologia do progresso técnico-científico e da ampliação de espaços de cidadania, pelo menos superficial, amparado pelo Estado provedor do equilíbrio e da estabilidade consensual.

A formação da idéia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o provedor do fomento das atividades voltadas ao desenvolvimento ganha força a partir do momento da centralização política que reivindica uma posição de combate, no mínimo indiretamente as desigualdades sociais, com um forte apoio ao desenvolvimento de estruturas tecnoburocratizantes que dão suporte ao capitalismo industrial e as outras esferas econômicas. Cria-se um consenso em torno da necessidade de ampliar os espaços de influência do estado nos assuntos econômicos a fim de potencializar as forças de mercado, através de incentivos creditícios, investimentos em setores estratégicos que construam as bases do capitalismo monopolista. Esse consenso, porém, não deve ser visto como uma aceitação fácil de tais idéias, mesmo porque, a cultura do dirigismo, ainda mais em nível tão intenso nunca tinha ocorrido, e a intervenção do Estado, por mais bem vinda que fosse não iria ocorrer sem nenhuma discussão sobre o papel desse mesmo estado como mola propulsora e articuladora do capitalismo brasileiro.

Essa consciência da necessidade centralizadora do Estado estava em processo de maturação e permaneceu efervescente no período entre 1930-45; não que ela tivesse cessado, mas a primeira etapa era de gestação de idéias e disputas de transição e a segunda, que iria ocorrer nos anos subseqüentes até o período militar, foram de crises e intensos conflitos políticos e ideológicos em torno das

questões que envolviam a própria ideologia desenvolvimentista e disputas pelo poder e controle dos aparelhos de estado com suas diversas instituições.

Devido às desordens causadas pela falência da economia mundial e o caos provocado pela Segunda Grande Guerra, além, é claro das dificuldades e limitações da economia agrária exportadora à idéia de centralização e planejamento iria se impor como necessária para assegurar a expansão econômica requerida para alcançar o novo estágio do capitalismo monopolista. A defesa dos interesses nacionais com uma retórica anti-imperialista fazia parte de um discurso que procurava integrar os diversos segmentos da economia que buscavam por necessidade urgente e estratégica ocupar um espaço autônomo de construção e ampliação dos negócios. O outro aspecto se refere à busca de um pacto social de inclusão das massas anteriormente excluídas através de políticas públicas que favoreciam principalmente a classe trabalhadora através da formalização e criação de empregos, além da coesão social embutida no discurso nacionalista com ênfase no progresso e no desenvolvimento do país capitaneado pelo processo de crença e impulso industrializante.

A partir do segundo momento do processo de industrialização e do desenvolvimentismo brasileiro os debates acerca da trajetória do planejamento e da intervenção do Estado nos assuntos econômicos iria se acirrar tanto no contexto político-econômico quanto no ideológico.

O debate entre o neoliberalismo e o dirigismo exacerbou-se no período entre 1945-64, ambas as posições constituíram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica até praticamente 1964. O início do processo de democratização colocava o Brasil no processo de inserção no cenário político-econômico internacional. A participação dos técnicos, dos políticos profissionais e dos intelectuais formadores de opinião se ampliava muito e a luta ideológica, assim como a disputa política pela inserção e controle do aparelho decisório de Estado se acirrava não apenas a partir de influências internas, mas também por insurgências ideológicas advindas do campo internacional ideológico capitaneado pelos Estados Unidos.

A ideologia do desenvolvimento é perseguida enquanto instrumento primordial na conjugação de forças econômicas e sociais capazes de conduzir o processo de acumulação capitalista e que é, em certa medida patrocinado pelo capitalismo monopolista internacional. Ao mesmo tempo, as pressões econômicas e políticas

internacionais minaram aos poucos as políticas nacionalistas subseqüentes, com intuito de diminuir restrições e liberalizar o movimento dos capitais privados internacionais. O processo de aceitação da intervenção do Estado e a associação entre capital privado internacional, nacional e estatal fazem parte da estratégia de consolidação de interesses transnacionais do capitalismo pós-liberal monopolista mundializado. É nesse pano de fundo que técnicos e intelectuais irão desenvolver debates em torno de estratégias de desenvolvimento levando em consideração pressupostos teóricos e ideológicos inseridos em uma ideologia de maior abrangência e interesse: “a ideologia desenvolvimentista”. Essas discussões amplificaram-se e alcançaram as camadas sociais que anteriormente não tiveram a oportunidade de pelo menos ouvir as propostas do pensamento econômico em debate. Por parte dos políticos profissionais, das elites empresariais e das próprias forças armadas o engajamento nacionalista com ramificações cosmopolitas dependia não apenas das articulações políticas internas e dos interesses econômicos domésticos, mas também dos movimentos e negociações entre os organismos econômicos internacionais e suas empresas transnacionais e o governo brasileiro e suas empresas estatais e privadas.

Segundo Sola:⁷

Por volta de 1950, em suma, os temas mais conflitivos – o papel e o âmbito da participação do capital estrangeiro, a compatibilidade entre inflação e desenvolvimento (e o diagnóstico relevante em cada caso) – eram a pedra de toque do debate entre os técnicos. Como ocorrera no passado, esses atores políticos chamavam a si uma dupla tarefa: formular as interpretações mais articuladas da economia (e da sociedade) brasileira, tendo como base a formulação de projetos alternativos de desenvolvimento econômico.

A partir do segundo mandato de Vargas o projeto nacionalista abre novos canais de negociação e participação com uma forma de abordagem e interlocução com novos atores sociais, antes excluídos do processo, mesmo porque, o aumento do contingente populacional urbano, a concorrência eleitoral e as disputas por espaços de poder e influência aumentaram muito nesse período, e o Brasil passava a ser um país estratégico na zona de influências comandado pelos Estados Unidos.

As necessidades cada vez mais diversificadas e dinâmicas do sistema econômico que incluía o setor privado nacional, as empresas estatais e o capital estrangeiro, além das demandas sociais das classes médias urbanas em ascensão

⁷ SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas e decisões políticas**. São Paulo: FAPESP, p.93, 1998.

e da grande massa trabalhadora impulsionaram o Estado a agir em torno de projetos que contemplassem vários segmentos sociais e em conformação com as elites locais e estrangeiras. Devemos incluir nessa perspectiva uma forte atuação do Estado na economia, principalmente nos setores industriais, com forte inclinação para os setores de base e de infra-estrutura.

Ainda segundo Sola:⁸

Desse modo, o processo de industrialização deveria se desenvolver sob a égide de um setor estatal ampliado e racionalizado, cuja meta era reduzir, a médio prazo, as importações de “bens essenciais”, que passariam a ser produzidos internamente. Essa estratégia de industrialização substitutiva, centrada no estado, tinha um duplo objetivo: reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira às flutuações na capacidade de importar e garantir o controle nacional dos setores que regulam a dinâmica do processo de acumulação de capital. A proposta global dos técnicos ligados à Assessoria tinha, assim, como eixo dinâmico, a industrialização intensiva. Isso indica a existência de uma proposta de desenvolvimento já nos primeiros anos da década – etapa considerada por alguns autores como de “industrialização espontânea”.

O paradoxo da ideologia desenvolvimentista residia justamente na disputa ideológica entre blocos de poder distintos, que utilizavam a ideologia para legitimar posições de influência no campo econômico-político, principalmente durante os anos subseqüentes de Juscelino na presidência da república. O critério-chave para entendermos os principais conflitos do período baseia-se na divisão das principais correntes macroestruturantes do pensamento econômico nacional desenvolvimentista: os nacionalistas e os cosmopolitas, que se deve em primeiro lugar à defesa dos interesses capitalistas da burguesia doméstica e em segundo a representação dos interesses estrangeiros, cabendo assinalar o processo de inserção do Brasil no cenário do capitalismo internacional.

Todas as questões que envolvem a legitimação do capitalismo monopolista pós-liberal aparecem na forma ideológica de representação dos processos sociais e históricos conforme os interesses dos extratos dominantes no poder, mas ao mesmo tempo busca encontrar formas de inclusão da massa trabalhadora no processo de cidadania através do trabalho formal gerado pelos novos investimentos oriundos das bases de fomento de atividades principalmente voltadas à indústria de base.

Mas esta ideologia que serve de arcabouço teórico conceitual na formatação de uma cultura consensual, ultrapassa as fronteiras das classes sociais e recai sobre a defesa de ideologias dialeticamente construídas pelo conflito de interesses não apenas na luta de classes, mas no interior do aparelho de Estado e também

⁸ SOLA op. cit., p. 99.

entre as demais frações de classe, como os empresários, os burocratas civis e militares, os políticos profissionais e os agentes externos, capitaneados pelos órgãos e agências multilaterais patrocinados pelas transnacionais e seus representantes de Estado.

A questão que envolve o desenvolvimentismo inclui também aspectos fortíssimos de soberania nacional, mesmo que vigiados e patrocinados pelo capitalismo financeiro capitaneado pelos Estados Unidos.

Segundo Cardoso:⁹

Não cabe, pois a discussão das implicações para a soberania nacional das formas possíveis de conduzir o desenvolvimento, discussão que gira em torno da participação do capital estrangeiro no processo de aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Se não somos soberanos enquanto nas “retaguardas incaracterísticas”, não se trata de resguardar a soberania, mas de consegui-la. A cooperação internacional que ajuda a promover o desenvolvimento não interfere na soberania do país ao qual se dirige, mas, ao contrário, contribui positivamente para que ele a alcance.

O desenvolvimentismo apesar de potencializar e dinamizar a estrutura da sociedade através da fomentação da atividade produtiva relativiza os problemas relacionados à miséria e a distribuição de riquezas, além da participação política e econômica inexistente de uma parte considerável do país, ainda predominantemente agrário.

Esta análise da estrutura social do país foi relegada a um segundo plano no modelo desenvolvimentista prático, mesmo que o setor agrário brasileiro ainda representasse uma importante fonte estratégica de riquezas e pilar de sustentação para almejados e possíveis superávits externos. Durante a fase de expansão intensiva das atividades produtivas em nível industrial a agricultura foi capaz de responder satisfatoriamente a demanda pelos bens essenciais a reprodução tanto da classe trabalhadora quanto dos demais indivíduos mais afastados dos grandes centros urbano-industriais.

O problema mais uma vez não reside no papel e na capacidade produtiva da agricultura em resposta a demandas cada vez mais crescentes e diversificadas da sociedade brasileira. O problema se encontra na distribuição desses recursos que respondem as necessidades de subsistência dos cidadãos. Geralmente esses excedentes agrícolas foram apropriados pelas classes dos latifundiários,

⁹ CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.98, 1978.

empresários e outros tantos agentes envolvidos no processo de acumulação capitalista e no decisório, assim como os políticos profissionais, intelectuais organizados em torno do Estado e das fendas e vínculos entre os poderes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e é claro, as demais camadas e extratos sociais que lutam pelo seu espaço de sobrevivência físico-social.

Os sistemas de propriedade da terra, de exploração do trabalho e de transferências comerciais seriam responsáveis pela manutenção dessas disparidades de distribuição de recursos oriundos da agricultura que beneficiariam desde sempre as parcelas mais bem inseridas no processo de distribuição da riqueza da sociedade. Isto significa que as grandes massas rurais não iriam se beneficiar dos excedentes produzidos pela agricultura.

Essas questões relativas ao modelo de desenvolvimentismo que estaria se arquitetando inserido no debate político em torno de modelos de gestão e planejamento de prioridades estratégicas diante do processo de correlação de forças entre diversos setores e segmentos da sociedade, dando destaque às elites técnicas e empresariais, nacionais e estrangeiras, além dos detentores do poder político inseridos na grande arena decisória.

O debate desenvolvimentista ocorre mais profundamente a partir do pós-guerra e procurou explicitar as mais diversas maneiras de enxergar o desenvolvimentismo a partir de várias correntes de pensamento que começavam a despontar como alternativas de planejamento. Esse período tornou-se conhecido não apenas como um debate em torno da controvérsia do planejamento, mas também como um período fecundo de idéias que nasciam de correntes ideológicas distintas que vinham de uma análise profunda sobre as raízes do processo histórico-social da sociedade brasileira.

Segundo Sola:¹⁰

Em fins de 1944, o papel do Estado na economia brasileira (e no mundo) foi objeto de um debate nos círculos oficiais conhecido como “a controvérsia sobre o planejamento”. Foi na forma de pareceres e relatórios técnicos que se explicitaram as duas posições alternativas típicas – o neoliberalismo e o dirigismo. Ambas constituíram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica que ocuparam a cena nacional até 1956.

E é nessa fase que o engajamento político dos intelectuais e a politização dos técnicos profissionais crescem de forma acentuada puxada pela robustez de um

¹⁰ SOLA, op. cit., p. 65.

Estado planejado ainda em construção. O discurso ideológico se fortalece em torno das questões que envolvem o progresso, o desenvolvimento, o planejamento, a organização e o dirigismo econômico-político, mesmo nos primeiros anos do Estado Novo de Vargas, marcado pelo autoritarismo.

Segundo Covre:¹¹

A concepção da ideologia como necessária, como parte “organizativa” da História, como campo de embates, reforça a concepção gramsciana de bloco histórico. A noção propriamente dita de bloco histórico enfatiza que “a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção... O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre a estrutura e a superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)”. O meio de se ver reforçado pela concepção da ideologia como necessária à História está em que “*as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias, a forma* – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, “já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”.

Portanto, a liderança do bloco intelectual onde estão inseridos os mais diversos atores dos mais variados campos profissionais e estamentos culturais é imprescindível na conquista, manutenção e expansão de espaços onde o privilégio da repercussão da ideologia possa integrar uma parte importante da sociedade civil em favor da disseminação de idéias e valores que contemplem o progresso científico-tecnológico e a racionalidade instrumental do modo de produção capitalista, tendo o desenvolvimentismo como suporte necessário para o alargamento das bases estruturais do capitalismo na sua fase pós-liberal monopolista.

Ainda segundo Covre:¹²

A criação da ideologia pós-liberal é fruto de intelectuais de maior organicidade em relação ao capital monopolista, e que podemos marcar o seu desenvolvimento maior no entre-guerras estendendo-se até os nossos dias, embora tenha traços esboçados em precursores, como por exemplo, Comte – se retivermos que este estudioso pode ser tido como iniciador das ciências sociais, com uma dimensão integrativa e que estas ciências sociais vão promover, com o seu desenvolvimento, a possibilidade do planejamento, do dirigismo da História.

As correntes do pensamento ideológico serão apontadas a seguir através de uma abordagem resumida do significado de cada uma no interior do aparelho de Estado e nas discussões mais abrangentes sobre o futuro da sociedade brasileira no que tange ao seu processo de planejamento e desenvolvimento.

¹¹ COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens**: análise do pensamento tecnocrático 64-81. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 280.

¹² COVRE, op. cit., p. 297.

2-1 A CORRENTE NEOLIBERAL

Esta corrente de pensamento econômico não se opunha ao processo de construção de uma industrialização autônoma brasileira, mas considerava as atuações do estado na economia, mesmo nesses casos como prejudiciais a continuidade do desenvolvimento brasileiro. O Estado poderia apoiar e fomentar essas atividades, mas por outro lado não poderia tomar a frente dos negócios do capitalismo, isto é, dirigindo a economia. A ênfase dada a essa corrente se refere as questões voltadas a estabilidade monetária e financeira e a aceitação do capital estrangeiro como condição necessária ao desenvolvimento nacional.

Segundo Bielschowski:¹³

Define-se por contraste com os desenvolvimentistas e compreende os economistas que defendiam a prioridade da livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica. Não necessariamente se opunham abertamente à industrialização e, muitas vezes, diziam-se favoráveis a alguma diversificação industrial. Sua marca característica, contudo, era a oposição, ou pelo menos a omissão, quanto a propostas desenvolvimentistas. Sua participação no debate econômico está fundamentalmente ligada à proposta de estabelecer as condições de equilíbrio monetário e financeiro, que, segundo diziam, seria indispensável à maximização da eficiência dos mecanismos de mercado. Para tanto, admitiam inclusive alguma intervenção estatal, saneadora de desajustes, identificados como ocorrências comuns em economias subdesenvolvidas.

A ideologia neoliberal utilizou-se das propostas e práticas desenvolvimentistas quando lhe era conveniente, por isso, a omissão em relação a algumas propostas e ações, mas sempre considerou o papel regulador e interventor do Estado primordial para corrigir distorções e abrir caminhos para os capitais investirem e financiarem projetos, independentes da sua origem, isto é, vindos do exterior ou do próprio país. Em relação a esse período os neoliberais defendiam com muito vigor a entrada de capitais externos, considerado crucial para o desenvolvimento do país.

2-2 A CORRENTE SOCIALISTA

Essa corrente de pensamento tinha vinculação ou proximidade com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), inclusive, muitos de seus defensores e mentores intelectuais eram filiados, simpatizantes ou defensores das causas progressistas que enxergavam com bons olhos o desenvolvimentismo como etapa necessária para a

¹³ BIELSCHOWSKI, Ricardo, op. cit., p. 33.

transição para o socialismo. O ataque à propriedade privada como instrumento de concentração de riquezas através da posse de extensas terras ao longo do território brasileiro, do ganho especulativo e de abusos no processo de detenção de instrumentos econômicos por parte de grandes empresários capitalistas nacionais e estrangeiros eram combatidos prioritariamente, além é claro, da luta anti-imperial. A estratégia desenvolvimentista era algo a ser discutido e até certo ponto defendido como forma de preservar o país e sua autonomia em relação aos demais países, principalmente os gigantes estrangeiros. As formas de inclusão através da distribuição de renda e de terra foram fundamentais segundo os socialistas. Em relação a essa corrente de pensamento, Bielschowski observa:¹⁴

Compreende os intelectuais e economistas que, de um modo geral, tinham algum tipo de vinculação com o Partido Comunista Brasileiro. Os socialistas também eram, em certo sentido, “desenvolvimentistas”, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal. Eram também os mais radicais dentre os nacionalistas. Seu projeto básico não era, contudo, pura e simplesmente a industrialização, mas a transição para o socialismo. A industrialização correspondia, na visão dessa corrente, ao desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao processo de transição para o socialismo.

Nesse caso, os socialistas seguiam a cartilha das lições de Marx a risca considerando que o capitalismo capitaneado pela indústria construiria as bases de infraestrutura necessárias para a transição de uma fase superior da sociedade, isto é, o socialismo.

2-3 CORRENTES DESENVOLVIMENTISTAS

Setor privado: Nessa corrente de pensamento havia controvérsias sobre o grau e intensidade da participação do estado nos assuntos econômicos, porém, eram favoráveis que o estado agisse e interviesse em favor do fomento, regulação e de políticas voltadas a industrialização. Quanto à participação do capital estrangeiro essa corrente também demonstrava ser bastante heterogênea, marcada por diversas posições e opiniões.

Setor público: Apesar de apoiarem a intervenção do Estado em relação a projetos e ao planejamento principalmente voltados a industrialização, marcavam uma posição em muitas ocasiões parecida com a corrente do setor privado. Essa corrente também discursava em favor de políticas voltadas a estabilização

¹⁴ BIELSCHOWSKI, Ricardo, op. cit., p. 34.

macroeconômica e de inversões preferencialmente sendo realizadas pelo setor privado. Lembrando que quem pertencia a essa corrente era chamado de não nacionalista, apesar de pertencer a corrente o setor público.

Setor público nacionalista: Defendiam inversões estatais principalmente em setores estratégicos da economia e propunham a defesa dos interesses nacionais de preferência sem a participação de empresas ou grupos estrangeiros, principalmente nesses setores, além do mais, eram contrários a maioria das políticas macroeconômicas que tinham preferência por políticas de estabilização monetária.

Esse debate irá atravessar todo o período que compreende os chamados ciclos ou etapas do desenvolvimentismo nacional (1930-45; 1945-64) ultrapassando as fronteiras do período autoritário, chamando atenção mais no sentido de implantação de políticas complementares do processo desenvolvimentista do que em relação ao próprio debate, que com a especificidade política do período perde força nos círculos independentes e divergentes no sentido ideológico e suas propostas alternativas.

Será através da ênfase no planejamento com seus intelectuais engajados na estabilidade forçada (autoritária) no período seguinte à democracia desenvolvimentista (mentores do planejamento) que o regime militar irá conduzir as suas políticas de intervenção na economia e propiciar políticas públicas parcialmente universalizantes, mesmo que graças à imposição de um regime autoritário, com pouca abertura para negociações intraclasses sociais e sobre temas que fogem ao interesse da acumulação capitalista e suas formas de sociabilidade de cunho estável na forma de consolidação da manutenção dos alicerces fundamentais do capitalismo pós-liberal.

É a partir da abordagem geral macroestrutural da ideologia desenvolvimentista em âmbito nacional é que iremos investigar o planejamento do Paraná e suas particularidades quanto ao projeto desenvolvimentista local. Essa etapa do desenvolvimento paranaense teve a contribuição de instituições criadas com o intuito de viabilizar através de políticas públicas específicas os ordenamentos e gestões da infra-estrutura necessária à construção do Paraná moderno como veremos a seguir.

3 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NA FORMAÇÃO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO: O PRIMEIRO ESTÁGIO DE IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS

O Paraná apenas começa a pensar o seu desenvolvimento industrializante planejado na segunda fase do desenvolvimentismo nacional capitaneado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek à frente da presidência da república.

Esse projeto de desenvolvimento paranaense começava a ser articulado e colocado em prática no primeiro momento a partir de meados da década de 1950 através do PLADEP (Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná), um órgão criado especialmente para elaborar planos de ação e políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da estrutura econômica de base e infra-estrutura necessárias a modernização do Estado. Paradoxalmente a criação desse órgão de fomento das atividades econômicas, o Paraná produzia uma das maiores safras de café da sua história e ao mesmo tempo se convertia no maior exportador de café do Brasil. Mas a sua dependência em matéria de negócios e divisa com o vizinho São Paulo, e o fato de se tornar refém de uma política agrícola dependente do próprio produto primário-exportador impulsionou os homens responsáveis do planejamento a buscar, pensar, articular e implementar estruturas administrativas de planejamento, fomento e execução de políticas voltadas ao desenvolvimento do Estado via processo de industrialização.

Assim como no plano nacional, o Paraná buscava sair do estrangulamento econômico que vivia; extremamente dependente das condições externas de negociações de seus produtos no mercado internacional. Para isso o desenvolvimento da indústria local era requisito fundamental para impulsionar uma economia relativamente autônoma. O discurso ideológico fazia parte da construção de novos pilares de sustentação do capitalismo nacional e internacional, mesmo com toda a retórica nacionalista, por mais que o Paraná nesse momento ainda não pensasse nessas articulações. Em certa medida a retórica exclusivamente nacionalista era verdadeira, mas os técnicos, intelectuais e os políticos profissionais sabiam que o convívio com os setores externos era inevitável, de acordo com os arranjos articulados, principalmente em meados da década de 1950 com a implantação do Plano de Metas, mas no caso paranaense a intenção, a princípio, era gerar

condições suficientes para que o Paraná fosse menos dependente, apesar de seguir as orientações do plano nacional.

Segundo Oliveira:¹⁵

Tanto nacionalismo quanto à industrialização eram temas comuns à retórica das forças políticas que dominavam a República Populista (1945-1964). Contudo, tais temas conheceram o auge de seu prestígio na vigência do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o **Desenvolvimentismo** se tornou a ideologia oficial do Estado.

A ideologia desenvolvimentista e as propostas da Cepal encontraram ampla ressonância entre as elites paranaenses preocupadas com o futuro do Estado do Paraná. Por um lado, era visível que o predomínio quase que exclusivo da agricultura de exportação não prometia muito futuro no que diz respeito ao crescimento econômico. Por outro, temia-se a dependência econômica do Paraná com relação ao núcleo do capitalismo brasileiro: o Estado de São Paulo.

As articulações entre os políticos profissionais, empresários, mentores do planejamento (técnicos e intelectuais) e os dirigentes do executivo propiciaram a criação de Codepar que já em 1962 iniciou a sua tarefa de fomentar a atividade empresarial do estado em atividades principalmente voltadas a indústria. As atividades de infra-estrutura foram as primeiras a receber créditos e investimentos para dar conta do mínimo necessário ao funcionamento de uma economia. Portanto, os setores de energia elétrica, transportes e rodovias, talvez tenham sido os primeiros a receber incentivos e verbas para a construção do suporte capitalista regional.

Antes desse período o Paraná não colocou em funcionamento nenhum mecanismo de investimento, de organização e controle sobre o processo produtivo.

Segundo o caderno do governo Paraná 1961-1965, percebemos que:¹⁶

O Paraná antes de 1960 não aplicou o planejamento à programação de seus investimentos públicos. A Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná-PLADEP, criada em 1955, dedicou-se ao estudo dos principais setores da economia regional e à formação de pessoal especializado.

Esses estudos, inexistentes até então, formaram uma base valiosa para compreensão da realidade paranaense, apontando as principais características de sua estrutura, analisando os pontos de estrangulamento e traçando a linha mestra para a solução da maior parte dos problemas levantados. Esse trabalho foi completado com a elaboração de um estudo global da economia que, apesar de suas limitações, foi o primeiro do gênero realizado no Estado.

Infelizmente, o trabalho em questão foi posto de lado, sem merecer qualquer consideração da parte dos detentores do poder na época.

Na verdade foi a partir do governo de Ney Braga, no final de 1961 que surgiu a proposta de criação de um fundo exclusivamente encarregado de fomentar as atividades produtivas, e em consequência o desenvolvimento econômico. O planeja-

¹⁵ OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. p. 47.

¹⁶ PARANÁ. **Caderno do governo**: 1961-65. p. 48-49.

mento e o fomento das atividades produtivas e de infra-estrutura mais elaboradas eram fruto de uma construção não apenas propiciada por um projeto de desenvolvimento ainda em gestação nos anos de 1950, mas também pelo fato do Paraná estar ampliando as suas fronteiras agrícolas com uma forte migração, além é claro da exploração de outras atividades econômicas que vinham surgindo, se diversificando e potencializando. A população paranaense cresce muito rapidamente nesse período causando um impacto geográfico e econômico intenso. As necessidades de expansão do setor elétrico fazem surgir a Economia Paranaense de Energia Elétrica – Copel, as estradas interligando o sudoeste e norte do Paraná ao Porto de Paranaguá e a cidade de Curitiba, as políticas de investimento educacionais e culturais se estendem.

Segundo Kunhavalik:¹⁷

No decorrer dos anos 1950, período em que ainda se realizava a ocupação do Estado, dá-se alguns passos rumo à integração Estadual em seus diferentes aspectos. Elabora-se, em 1951, o Plano Rodoviário do Paraná (plano que constitui a estrutura viária básica do Estado e que teve suas obras principais finalizadas nos anos 1960). O plano visava, entre outras coisas, ligar o norte do Estado com o Porto de Paranaguá e estabelece uma ligação do Norte com a capital, procurando maior integração social e política.

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL também foi criada nesse período (em 1955) com intuito de fornecer energia elétrica como matéria-prima crucial para o desdobramento da infra-estrutura rumo ao processo de industrialização e como parte da base integradora das diversas regiões paranaenses. O aumento enorme do contingente populacional impulsionou a criação de uma empresa que explorasse e fornecesse energia elétrica não apenas às cidades, mas também ao campo. Claro que a iluminação pública se fazia imediata, mas a difusão de eletrodomésticos recém chegados no mercado e a infra-estrutura da base econômica formavam o tripé básico da transformação de fontes de energia incipientes em suporte fundamental ao desenvolvimento.

Kunhavalik ainda aponta: ¹⁸ “O governo Bento Munhoz cria, no início dos anos 1950 a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, empresa de economia mista, que passa a se ocupar do planejamento e da produção de energia do Paraná. No entanto, a COPEL fica abandonada durante a gestão seguinte, de Moisés Lupion”, assim como parte do início dos programas de planejamento. No entanto, as

¹⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org); KUNHAVALIK, José Pedro; SALLE, Jefferson de Oliveira. **A construção do Paraná moderno**. Curitiba: SETI, 2004. p. 280.

¹⁸ KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., p. 280.

obras públicas iniciadas por Bento Munhoz não tiveram como ser barradas, tanto pelo aspecto técnico quanto político.

3-1 QUANTO À COPEL

A energia é a base para infra-estrutura que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento econômico em qualquer sociedade. No período pós-guerra a Europa passava por um período de reconstrução e os Estados Unidos expandia a sua economia, e dependia para isso, de fontes geradoras de energia, que eram cruciais para impulsionar esse processo de expansão capitalista. Portanto, a questão energética era fundamental para todos, principalmente para os países em desenvolvimento, e em nível regional o Paraná não era diferente.

Nesse aspecto o estado brasileiro que iniciou primeiro a busca por soluções de energia foi Minas Gerais. Essa solução não se restringia apenas a fornecer energia elétrica aos grandes centros urbanos e industriais, mas também ao interior onde a agricultura florescia e procurava se estender. Foi Minas Gerais que definiu primeiro uma política clara para o setor de energia elétrica, e que permitiu, portanto, a criação de companhias de economia mista de caráter regional que ao mesmo tempo fossem controladas por uma entidade centralizadora, no caso a CEMIG.

Em São Paulo ocorre à mesma coisa através da CELP, no nordeste com a Companhia Hidroelétrica de São Francisco e no Rio Grande do Sul uma comissão estadual de energia elétrica começou a definir uma política para o setor elétrico e iniciou a construção de importantes obras nessa área. No caso do Paraná e de outros estados da federação a construção de uma política para o setor elétrico começou tardiamente.

Segundo um caderno sobre a COPEL a situação era a seguinte:¹⁹

Segundo estimativas feitas acerca da demanda potencial de energia elétrica no Estado, com base no ano de 1953, a situação se apresenta com as seguintes características gerais, quanto à iluminação e força para pequena indústria: uma potência de 56.730 kW e um déficit de 67.070 kW, com 46% apenas da demanda atendida.

Note-se que nestas estimativas não está computada a demanda para a grande indústria cujas possibilidades são inúmeras diante do surto de progresso que se estende por todas as regiões do Estado. Não seria exagero estimar para este setor um potencial igual, pelo menos, ao que fosse concedido à iluminação e força para pequena indústria com a eliminação do déficit apontado de 67.070 kW.

¹⁹ BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **O que é a Copel**. Companhia Paranaense de energia Elétrica, p. 3-4.

Nessas condições, a estimativa geral teria de cobrir em números redondos cerca de 250.000 kW, com apenas 56.730 kW instalados.

Limitando, porém, tais estimativas à população urbana, dividido o Estado em nove zonas, no que se refere à iluminação e força para pequena indústria, o quadro se modifica. O déficit de energia se agrava em relação às zonas central, norte velho e norte novo, que soma um total de potência a instalar de 48.650 kW, uma vez que a capital e o litoral estão com um déficit de 12.600 kW, o que se justifica em face da população concentrada em maior escala nas três primeiras zonas.

Quanto às cinco outras zonas, distribuídas entre o sul, o oeste e o extremo norte do Estado, a demanda, se bem que seja deficitária, ainda se circunscreve a limites baixos, em consequência principalmente do escasso nível demográfico, a despeito das imensas possibilidades de futuro de todas essas áreas.

Portanto, a produção de energia elétrica aparece como uma questão crucial no processo de desenvolvimento econômico e social de uma região que diversifica seu potencial produtivo rumo a uma industrialização mais intensa, inclusive dando suporte ao setor agrícola em regiões que cada vez mais precisam da energia elétrica para potencializar e ampliar seus negócios.

O investimento em energia elétrica é muito alto com prazos longos de maturação e obtenção do retorno esperado do capital, por isso uma empreitada como essa era mais provável que partisse do estado no que tange ao planejamento, investimento e execução das obras de infra-estrutura básicas para a obtenção da captação de energia.

Segundo o mesmo caderno:²⁰

A intervenção do Estado se impunha imperiosamente e uma verdadeira pressão era feita nesse sentido diante da impotência das chamadas empresas de serviços públicos, isto é, das empresas privadas encarregadas do abastecimento.

Qual, então, o papel do Governo se não esse que ele vem assumindo, já que na democratização do uso da energia elétrica há um imperativo a que ninguém mais pode fugir, sem falar na face humana e social do problema?

O Estado interveio, pois, e a sua ação só podia consistir na criação de taxas destinadas à formação de fundos e capitais a serem investidos em empresas de eletricidade. A necessidade que o Estado tinha de intervir supletivamente, com o fito de derimir a crise de energia que assola os centros produtores, não podia ser satisfeita a não ser com os recursos dessa natureza, como é fácil compreender.

Com relação à intervenção do Estado do Paraná na construção das bases do setor elétrico regional em comparação principalmente com os estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais podemos afirmar que estes últimos estados citados conseguiram preparar o terreno político e econômico antecipadamente, e com isso, puderam obter verbas do governo federal para financiar seus projetos nesse setor mais rapidamente. A arrecadação antecipada do fundo de eletrificação por parte

²⁰ Biblioteca Pública do Paraná, op. cit., p. 6.

desses estados permitiu a criação de empresas mistas e estatais de energia elétrica, e com isso viabilizar a ampliação e diversificação do parque industrial ainda em fase de construção já na segunda fase do ciclo ideológico do desenvolvimentismo.

Apesar da largada tardia o Paraná criou o seu próprio fundo de eletrificação no início dos anos cinquenta e pode criar em seguida uma companhia que se responsabilizasse em gerar a energia necessária, ou pelo menos parcialmente, para iniciar o processo de industrialização.

No caderno sobre a COPEL faz-se a seguinte abordagem:²¹

Estamos seguindo a mesma orientação e, nesse sentido, cumpre assinalar que, vencendo algumas dificuldades, já criamos o nosso Fundo de Eletrificação, através da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, que tem como receita as cotas consignadas anualmente no Orçamento do Estado; a verba de Cr\$20.000.000,00 consignada no art. 4º, alínea “c”, combinado com o art. 2º, inciso IV, da lei nº 105, de 30 de setembro de 1948; o produto da venda de títulos públicos emitidos pelo Estado para as obras de eletrificação; a taxa criada pelo art. 4º, que incide sobre o imposto de vendas, consignações e transações, e calculada na base de 10% sobre o valor do referido imposto; os créditos suplementares e adicionais para o financiamento e execução dos projetos de eletrificação do Estado; as cotas e subvenções instituídas e distribuídas pelo Governo Federal para as obras de eletrificação.

Outro passo importante foi o que dispõe sobre a organização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica “**Copel**”, nos termos do Decreto nº 14.946, de 23 de outubro de 1954, cuja autorização para funcionamento foi concedida pelo Decreto Federal nº 37.399, de 27 de maio de 1955.

Ainda outra medida de relevância tomada, já depois de organizada a **Copel**, foi a que determinou o recolhimento pelas repartições arrecadadoras da Taxa de Eletrificação diretamente ao Banco do Estado do Paraná, à respectiva conta “Fundo de Eletrificação do Estado”, na forma da Portaria nº 703, baixada pelo Secretário da Fazenda, em 12 de agosto de 1955.

A criação das companhias mistas segue uma orientação do estado interventor, que considera a atividade energética a matéria-prima para os demais projetos, programas e metas de desenvolvimento futuros em nível nacional. Desta forma, empresas de economia mista precisam ter mais agilidade e flexibilidade de atuação, e a burocracia do setor público e sua dificuldade de negociação com os capitais privados influenciariam negativamente a atuação dessas empresas no mercado de consumo capitalista.

Ao mesmo tempo, essas empresas, por uma questão de controle estratégico, tinham que pertencer majoritariamente ao estado para que o equilíbrio das ações e estratégias futuras pudesse conduzir a infra-estrutura industrial.

Nesse aspecto cabe lembrar que a Eletrobrás cumpre a função de ponto de equilíbrio, respaldo e negociação de compra de equipamentos no exterior e também a centralização de decisões políticas do setor elétrico em nível nacional, e onde, os estados e suas companhias mistas se moldam as estratégias e as políticas públicas implementadas de forma centralizada nacionalmente.

²¹ Biblioteca Pública do Paraná, op. cit., p. 7.

É a partir desse ponto que o desenvolvimentismo abre novos caminhos e perspectivas econômicas e sociais, e no Paraná não é diferente. A orientação de acompanhar o ciclo desenvolvimentista no Paraná passa fundamentalmente pelo setor elétrico e é a partir de meados dos anos de 1950 que o Paraná planeja os contornos dos programas e metas a serem desempenhados pelas instituições governamentais.

Uma observação importante que devemos fazer concentra-se nas prioridades políticas de determinados grupos no poder e o momento propício para ocorrer às mudanças almeçadas ou não pelas classes sociais mais bem posicionadas no jogo do campo social, além dos campos profissionais e estamentos culturais que disputam espaços de inserção no poder político e econômico do estado muitas vezes em oposição aos avanços das classes e facções de classes menos favorecidas e em alguns momentos em conexão com interesses mais abrangentes e gerais que contemplam políticas universalistas que promovem e entrelaçam os pactos sociais que favorecem o movimento progressista industrialista e os demais interesses do bem-estar social que fornecem o alicerce, o sustentáculo ideológico social para o desenvolvimentismo, no sentido de dar forma e aprimorar o capitalismo monopolista brasileiro.

Por isso, a idéia de um planejamento linear ao longo do processo de desdobramento do ciclo ideológico desenvolvimentista e de um estado fiel seguidor das sinalizações dadas pelo eixo da política nacional deve ser analisada com cautela, não apenas através dos pactos sociais consentidos direta e indiretamente, mas, talvez, principalmente pelos interesses colocados na mesa do jogo econômico-político.

Em alguns momentos isso ocorreu no Paraná, mas não com a mesma intensidade, já que, apesar de seguir o núcleo pensante nacional, a burguesia local construía uma arquitetura própria para a confecção de seus interesses no processo de correlação de forças com os demais agentes e classes sociais.

Nos próximos itens buscaremos recuperar as transformações desse período de transição de um estado ainda em formação econômica, política e geográfica, dando ênfase às mudanças ocorridas em uma sociedade agrária e também a transição rumo à urbanização e a industrialização do Paraná.

4 A INTRODUÇÃO DOS ASPECTOS QUE ENVOLVEM O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTISMO NO PARANÁ

O Paraná revelou ser um estado de contradições em relação ao seu processo de desenvolvimento econômico-social e a sua inserção no ciclo ideológico desenvolvimentista. Inicialmente porque o Paraná começa a construir seu parque elétrico um pouco tardiamente em relação a outros estados da federação, por mais que o Paraná não fosse o único; mas de qualquer forma o industrialismo e o atendimento emergente das necessidades básicas da população em termos energéticos dependeram da construção dos pilares que fomentariam o processo de eletrificação regional. Outro aspecto dessa questão refere-se ao fomento das atividades produtivas que apenas veio a ocorrer no final da segunda fase do ciclo ideológico desenvolvimentista, por mais que a idéia do planejamento já vinha sendo pensada na transição do final da década de 1940-50. Mas a partir das comissões de planejamento criadas no governo de Oliveira Franco é que se tem um esboço do que seria na sequencia o planejamento com a subsequente confecção e execução de políticas governamentais de fomento ao processo de industrialização.

Segundo Magalhães:²²

A criação de uma instituição de estudos e pesquisas para o planejamento no Paraná é idéia antiga. Ao final da década de 1950 o conhecimento acumulado e difundido sobre a realidade social e econômica estadual era pequeno e fragmentário. O Paraná, com a criação da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado-PLADEP, em 1955, no governo Oliveira Franco, fora um dos primeiros estados a criar instrumentos de planejamento para seu setor público, mas a falta de conhecimentos suficientes sobre a economia estadual fez com que grande parte do trabalho realizado pelo PLADEP nos anos subsequentes tivesse de voltar-se para o estudo e a pesquisa. Mas esse esforço, de grande importância à época, ressentiu-se da falta de uma visão global da realidade estadual e de sua inserção na realidade brasileira, caracterizando-se mais pela acumulação de informações e por trabalhos de cunho predominantemente setorial. Isso é perfeitamente compreensível, pois o PLADEP não era uma instituição de pesquisas, e sim um órgão de planejamento, que não planejava porque o governo da época, segunda gestão de Lupion, não estava interessado em usar o planejamento como instrumento de governo.

O que dificultava um diagnóstico da situação paranaense na época era o enorme aumento do contingente populacional do estado e as mudanças na base produtiva. A economia cafeeira era o centro dinâmico, e a expansão dos cafezais de 1947 até aproximadamente 1959 mostram isso, além do processo de diversificação da economia em constante mutação dificultavam o trabalho de reunir dados

²² MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista. **O Iparde há dez anos**: história e reflexões. Curitiba: Iparde: setor de documentação.

econômicos e sociais do estado, já que, também, as regiões do estado apresentavam aspectos diferenciados no que tange às opções econômicas, suas vocações e relativas vantagens comparativas, independente do fato da expansão cafeeira ter-se alargado principalmente pelo norte do Paraná.

Segundo Padis:²³

Com efeito, nos três quartos de século compreendidos entre 1854 e 1930, enquanto a população brasileira se multiplicava cinco vezes, a paranaense aumentava em proporção quase três vezes superior e, por essa razão, dobrava quase dezoito anos.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos trinta, quando dos grandes movimentos ocupacionais da região norte e, mais tarde, a sudoeste, o Paraná foi palco de um crescimento populacional de proporções até então desconhecidas no País; entre 1920 e 1960, a população paranaense se multiplicou 6,2 vezes, enquanto a do conjunto do País aumentava, apenas, 2,3 vezes.

Os dados relacionados abaixo mostram como evoluíram essas duas populações.

POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO À DO BRASIL 1920/1960			
Censos	Brasil	Paraná	RP/BR %
1920	30.635.605	635.711	2,24
1940	41.236.315	1.236.276	3,00
1950	51.944.397	2.115.547	4,07
1960	70.967.185	4.277.763	6,03

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Como se pode observar, entre 1940 e 1950, o crescimento relativo ocorrido foi de 71,12 por cento, o mais alto entre os Estados brasileiros, duas vezes superior ao do conjunto nacional. Confirmam-no as taxas médias geométricas anuais de crescimento, de 5,62 por cento e 2,41 por cento, respectivamente, para o Paraná e Brasil.

No decênio seguinte (entre 1950 e 1960), o crescimento relativo observado na população paranaense foi de 102,21 por cento – ainda uma vez, o maior de todo o País – enquanto o da população brasileira não ia além dos 36,6 por cento. E assim, a população paranaense crescia novamente a um ritmo quase três vezes superior ao do conjunto do País, isto é, a uma taxa média geométrica anual de 7,17 por cento, em contrapartida aos 3,1 por cento para o Brasil. Portanto, se até 1920 a população paranaense dobrou a cada dezoito anos, ao ritmo em que se processou esta evolução entre 1940 e 1950, o teria feito em apenas 14 anos e, na década

²³ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 183-184.

seguinte, menos de dez teriam sido necessários... Prosseguindo, pois, os incrementos demográficos verificados fizeram do Paraná um Estado densamente povoado, relativamente ao conjunto do País, já que enquanto em 1960, no Brasil, existiam apenas 8,4 habitantes por quilômetro quadrado, no Paraná essa relação atingia nada menos que 21,49.

Outro aspecto importante que ressalta as contradições do Paraná refere-se ao fato de que apesar da constante diversificação da economia paranaense a parcela maior da renda estadual concentra-se no setor primário puxado pelo café, enquanto que os demais setores diminuem a sua participação relativa na renda regional. Essas condições da economia paranaense perduram até o final da década de 1950, onde o declínio do setor primário demonstrava a diminuição do fôlego do café enquanto produto responsável por puxar a economia paranaense. A emergência de expandir outros ramos de atividade, em especial a indústria apareciam como cruciais ao desenvolvimento econômico, e também, como motor de inserção do capitalismo monopolista no Paraná, acompanhando até certo ponto e com suas especificidades o estado burguês em nível nacional.

Em relação à economia paranaense no período PADIS argumenta:²⁴

Como se viu, no período compreendido entre 1947 e 1959, a renda estadual, a preços constantes, multiplicou-se 3,3 vezes. Exatamente nesse período ocorria a rápida difusão dos cafezais por toda a região norte do Estado e a produção física de café, no Paraná multiplicava-se cerca de dezesseis vezes. Já se disse que a célere multiplicação dos cafezais paranaenses foi, em grande parte, resultante da expansão da cafeicultura paulista, pois o Estado de São Paulo provieram consideráveis contingentes de mão de obra e algumas parcelas do capital necessário à implantação daquela atividade. É, portanto admissível afirmar-se, que nesse período (1947/59), quando ainda os cafezais continuavam sua marcha para o oeste, uma parte da renda gerada pela cafeicultura era utilizada no Estado em reinvestimentos no próprio setor cafeeiro, enquanto outra era retirada para a região industrial do centro do País, especialmente São Paulo.

Mas a arrecadação de impostos através das vendas do café não reverteu em investimentos de infra-estrutura para o Estado repetindo-se a situação brasileira durante os seus vários ciclos de produção de monocultura desde o Império. Por isso que na prática o ciclo ideológico desenvolvimentista no Paraná se construía tardiamente, e para entendê-lo devemos procurar analisar o contexto político-econômico pelo qual o Paraná passava.

²⁴ PADIS, op. cit., p. 193.

O rápido e intenso aumento demográfico, as mudanças no padrão de acumulação de capital internacional, os intensos investimentos realizados nos setores de infra-estrutura de base no Brasil, com apoio maciço do desenvolvimento industrial e os fatores políticos em nível nacional influenciaram o percurso da economia paranaense e as atividades administrativas subseqüentes; mas as especificidades regionais no campo econômico, social e político construíram os contornos intervencionistas necessários à mudança do padrão de acumulação de capital em nível regional e fazem toda a diferença no processo de inserção capitalista.

Para responder a essas questões que envolvem a análise da conjuntura paranaense a Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado – PLADEP começou a fazer vários estudos setoriais. Estes estudos foram dirigidos, a princípio, pelo Tenente Coronel Alípio Ayres de Carvalho, talvez, o precursor das idéias sobre o planejamento no estado.

Segundo os cadernos de economia dirigidos e realizados por Carvalho:²⁵

1 – O PARANÁ NA ECONOMIA NACIONAL

– Renda Social

Comparemos a expansão da renda nacional com a paranaense a preços correntes, considerando-se que o ritmo inflacionário nacional se identifica com o estadual.

RENDA SOCIAL TOTAL A PREÇOS CORRENTES							
Ano	PARANÁ			BRASIL			Paraná
	Bilhões 1947-100		Acréscimos	Bilhões 1947-100		Acréscimos	Brasil
	Cr\$		%	Cr\$		%	%
1947	5,4	100	-	141,1	100	-	3,8
1948	6,5	120	20	159,5	113	13	4,1
1949	7,6	141	17	181,6	129	14	4,2
1950	10,3	191	35	214,3	152	18	4,8
1951	12,0	222	16	254,4	180	19	4,7
1952	15,9	294	32	294,0	208	15	5,4
1953	19,6	363	23	361,2	256	23	5,4
1954	21,2	392	8	457,9	324	27	4,6
1955	33,3	617	57	577,6	409	26	5,8
1956	34,0	630	2	751,0	532	30	4,6
1957	47,7	827	32	858,5	608	15	5,2

²⁵ CARVALHO, Alípio Ayres de. **A economia paranaense e suas perspectivas**. Curitiba: Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado – PLADEP, caderno 1, p. 5-7,9,11,13,15-16,18.

Fonte: R.B.E. – Ano 11 nº 4.

Verifica-se que:

1º) – A renda paranaense aumentou no período considerado de 8,2 vezes, enquanto a nacional multiplicou-se por 6,0;

2º) – a participação média paranaense na formação da renda interna brasileira é de 5,14%, tendo crescido de 3,8% em 1947 a um máximo de 5,8% em 1955;

3º) – o ritmo de expansão da renda paranaense tem se processado de modo muito irregular, demonstrando a instabilidade da economia regional.

Comparada a expansão das rendas “per capita” nacional e paranaense – como se pode verificar no quadro seguinte conclue-se que:

RENDA SOCIAL “PER CAPITA” A PREÇOS CORRENTES							
Ano	PARANÁ			BRASIL			Paraná
	1.000,00	Acréscimos	1947-100	1.000,00	Acréscimos	1947-100	Brasil
	Cr\$	%		Cr\$	%		100
1947	3,0	-	100	2,9	-	100	103
1948	3,4	13	113	3,2	10	110	106
1949	3,8	12	127	3,6	12	124	105
1950	4,8	26	160	4,1	14	141	117
1951	5,3	10	177	4,8	17	165	110
1952	6,7	26	223	5,4	12	186	124
1953	7,8	16	260	6,5	20	224	120
1954	8,0	2	267	8,0	23	276	100
1955	11,8	47	393	9,9	24	341	119
1956	11,5	- 3	383	12,5	26	431	92

Fonte: R.B.E. – Ano 11, nº 4.

- a renda paranaense só aumentou de 3,8 vezes, enquanto o aumento da renda nacional foi de 4,3, do que se infere uma tendência para o empobrecimento da população paranaense;

- o ritmo de expansão da renda “per capita” no Paraná se faz a taxas extremamente variáveis;

- a renda “per capita” paranaense manifesta uma tendência de crescimento até 1952 e de regresso a partir desse ano.

– Renda social por setores:

Setores:

- Primário – agropecuária e produção extrativa vegetal (a terra como principal fator).

- Secundário – indústria (o capital como principal fator).

- Terciário – transportes, comércio, pessoal da administração pública, serviços intermediários financeiros, aluguéis, etc. (a mão de obra como principal fator).

Pelo quadro seguinte verifica-se:

COMPOSIÇÃO DA RENDA SOCIAL POR SETORES (em porcentagem).

Ano	PARANÁ			BRASIL			SÃO PAULO		
	Prim.	Secund.	Terc. /	Prim.	Secund.	Terc. /	Prim.	Secund.	Terc.
1947	48	14	38	31	19	50	28	25	47
1948	52	12	36	32	19	49	31	25	44
1949	53	12	35	32	19	49	30	25	45
1950	58	11	31	33	20	47	30	27	43
1951	54	14	32	32	21	47	30	28	42
1952	59	11	30	33	19	48	28	25	47
1953	59	11	30	33	20	47	31	28	41
1954	56	13	31	34	21	45	28	29	43
1955	64	10	26	34	20	46	30	27	43
1956	50	12	38	31	20	49	26	29	45

1957 58 12 30 28 24 48 29 28 43

OBSERVAÇÃO: Não foram deduzidos os consumos intermediários da agricultura.

FONTE: R.B.E. – Ano 11 nº 4.

- o percentual paranaense no setor primário está entre 50% e 60%, enquanto o do Brasil fica na casa dos 31%, 32%;

- o setor secundário no Paraná não vai além de 14% quando no país a sua participação se concentra em torno de 20%.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E RENDA SOCIAL

1950

PARANÁ

Setores	Renda %	População %	Renda/População %
Primário	58,0	69,0	0,84
Secundário	11,1	11,5	0,96
Terciário	30,9	19,5	1,58

BRASIL

Setores	Renda %	População %	Renda/População %
Primário	33,0	60,0	0,55
Secundário	20,0	13,8	1,45
Terciário	47,0	26,2	1,79

SÃO PAULO

Setores	Renda %	População %	Renda/População %
Primário	29,8	43,4	0,69
Secundário	26,8	23,3	1,15
Terciário	43,4	33,3	1,30

OBSERVAÇÃO: não foram deduzidos os consumos intermediários da agricultura.

FONTE: R.B.E. – Ano 11, nº 4.

Anuário Estatístico do Brasil, 1957.

O quadro supra confirma a característica primária da economia paranaense pela renda deste setor e a população em atividade no mesmo, 58% e 69% respectivamente.

No setor secundário, a renda é 5 vezes menor e a população ativa é 6 vezes menor que os correspondentes no setor primário. No plano nacional, verifica-se que a renda e população do setor primário são, respectivamente 33% e 60%, sendo no setor secundário 20% e 13,8%.

No Paraná, o setor primário é de alta produtividade superando o do país e, mesmo, o de São Paulo. Os índices comparativos são, respectivamente, 0,84 – 0,55 – 0,69.

Já no setor secundário, a produtividade paranaense é a mais baixa, sendo desses índices, respectivamente: 0,96 – 1,45 – 1,15.

RENDA SOCIAL “PER CAPITA” POR SETORES

1950	PARANÁ		BRASIL	SÃO PAULO	
SETORES	Paraná/Brasil = 100			São Paulo/Brasil = 100	
	Cr\$1.000,00	%	Cr\$1.000,00	Cr\$1.000,00	%
Primário.....	12,4	177	7,0	14,3	204
Secundário.....	14,2	76	18,6	25,9	139
Terciário.....	23,4	102	22,9	26,9	117

FONTE: R.B.E. – Ano 11, nº 4

Anuário Estatístico do Brasil, 1957.

Verifica-se que no Paraná o setor primário produz a menor renda “per capita”, que, entretanto, é superior à do mesmo setor na economia nacional. No setor secundário, tomando-se a renda do Brasil como 100, a do Paraná só atinge a 76, enquanto a renda do mesmo setor, em São Paulo, é de 139.

2-1 – Contribuição de cada Estado no total da região sul (Formação da renda)

CONTRIBUIÇÃO DE CADA ESTADO - %				
Anos	São Paulo /	Rio Grande do Sul /	Paraná /	Santa Catarina
1953	65,5	18,6	10,5	5,4
1954	67,1	18,8	9,1	5,1
1955	64,5	19,2	11,1	5,2
1956	65,6	20,8	9,3	4,3
1957	63,5	20,4	10,6	5,5
Média	65,2	19,6	10,1	5,1

Vê-se que a influência paranaense na formação da renda regional é somente de 10,1%, superando somente a catarinense, que contribui com 5,1%. São Paulo, com 65,2% constitui a predominância absoluta da região, devendo só por isso merecer tratamento à parte, pois não pode servir de termo de comparação para as outras unidades do País.

2,2 – A estrutura da economia paranaense na região sul
(Média do período 1953-57 - %).

Setores	Região Sul /	São Paulo /	Paraná /	Santa Catarina /	Rio Grande do Sul
Primário.....	35,8	28,6	57,4	52,2	43,3
Secundário....	24,2	28,2	11,7	18,3	16,7
Terciário.....	40,0	44,2	31,9	29,5	40,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O Paraná tem a predominância no setor primário e o menor desenvolvimento no setor industrial. Reafirmam-se, assim, na região sul as mesmas características já evidenciadas da economia paranaense no confronto com a economia do país, isto é, **a economia paranaense é caracteristicamente primária e sem expressão no setor industrial.**

Quanto a composição da renda interna (média dos anos de 1953 a 1957) o Paraná apresenta comparativamente em relação ao país e a região sul em %:

Brasil – 100%

Região Sul – 51,1%

Paraná – 5,1%

Fonte: PLADEP, 4-7-1960.

Em relação à composição do setor primário do Estado do Paraná apresentam-se os seguintes dados: (1953-1957)

Agricultura – 77%

Animais e derivados – 17%

Extrativa vegetal – 6%

Fonte: PLADEP, 7-7-1960.

Em relação à composição do setor agrícola do Estado do Paraná: (1953-58)

Produção do café – 48,8%

Restante da produção – 51,2%

Fonte: PLADEP, 27-6-1960.

Em relação à produção industrial do Estado do Paraná: (1958)

Produtos alimentares – 42,4%
Madeira – 22,1%
Papel e papelão – 11,2%
Transformação de minerais não metálicos – 5,7%
Químicas e farmacêuticas – 5,3%
Bebidas – 5,0%
Têxteis – 3,4%
Mobiliários – 3,09%
Outros – 1,9%

Fonte: PLADEP, 21-7-1960.

Em relação à composição da indústria de produtos alimentares no Paraná (1958):

Beneficiamento e moagem de café e cereais – 69%
Restante da produção alimentar – 31%

Fonte: PLADEP, 28-6-1960.

7 – A ECONOMIA PARANAENSE – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A economia paranaense é uma economia em expansão, sendo de registrar a irregularidade e, às vezes, até as variações bruscas no seu ritmo de crescimento.

Embora a razoável renda global “per capita” paranaense (14,8), em comparação com a nacional (12,8), verifica-se uma tendência para o crescimento menos intenso que a do País.

A participação do Paraná na formação da renda nacional é de pouca expressão (5%), bem como na região sul, onde ainda só contribui com 10%.

A economia paranaense é caracteristicamente primária, dependendo diretamente da produção agrícola, e esta do café.

A alta produtividade por pessoa ocupada no setor primário, é devida fundamentalmente à produção de café, que garante também ao Estado aquele nível de renda razoável.

O setor industrial do Paraná quase não tem expressão, estando caracteristicamente ligado ao setor primário (madeira e café).

É de salientar a sua baixa produtividade por pessoa ocupada, da ordem de 76% do valor nacional.

O crescimento do setor terciário, particularmente pela influência do item “governo”, caracteriza o estágio de sub-desenvolvimento em que ainda se encontra a economia paranaense.

Como se verifica, até agora a economia paranaense só tem desenvolvido por evolução natural, à base, quase que exclusivamente, da exploração na forma primária, dos recursos oferecidos pela natureza.*

Como já abordamos anteriormente, outra preocupação da comissão de estudos do PLADEP estava relacionado ao setor energético, considerado motor principal com relação não apenas ao fornecimento de energia elétrica para um contingente populacional cada vez maior como também para uma economia que se diversificava, apesar de ter no café seu produto principal e catalisador.

* Para o nosso trabalho ter maior consistência tornou-se fundamental inserirmos esses quadros que nos fornecem dados importantes sobre a economia paranaense, juntamente com as referidas citações dos estudos do PLADEP. Alguns gráficos utilizados nesse caderno foram transformados em tabelas e quadros a critério e sob responsabilidade do autor e pesquisador deste trabalho.

A preocupação em desenvolver bases industriais no Paraná era evidente e uma meta a ser perseguida segundo a análise das pesquisas realizadas pela Comissão de Estudos do Planejamento do PLADEP. Para isso, o potencial energético era premissa básica, como uma matéria prima que funcionasse como combustível de uma incipiente economia industrial que surgia timidamente e que também demandava investimentos para continuar se desenvolvendo.

Ainda segundo o caderno 1 do PLADEP:²⁶

Deve-se equipar o Paraná para constituir-se em região de atração aos investimentos industriais do interesse do país e aqueles mais adequados às condições paranaenses considerados isoladamente ou como parte da região geo-econômica sul do Brasil.

Deve-se procurar integrar o Estado no Estado, o Paraná na região sul, o Paraná no País.

Mas todo esse programa só poderá ser levado a efeito, se dispuser o Paraná a tomar na devida conta, particularmente a realização de um programa de produção de energia elétrica, que no menor prazo, elimine as grandes faltas sensíveis em todas as regiões do Estado.

O maior estrangulamento para o desenvolvimento econômico do Estado reside na falta de energia elétrica.

Desenvolver a sua produção em bases racionais é, portanto, um dever imperativo do Estado, ao qual não se pode furtar, e que deve merecer a atenção de todos os paranaenses, preocupados que estão por um melhor destino para o Estado e o País.

Portanto, a questão do desenvolvimento regional passa pelo setor energético tanto pela necessidade quanto pela capacidade de potencial natural que o estado possui. Mas os investimentos necessários são decisões tomadas pelos gestores da política em um dado momento e a discussão sobre o planejamento permeia os debates que se acirram a partir do segundo mandato de Lupion à frente do governo do estado, pelo menos em torno de intelectuais, personalidades políticas, acadêmicos e técnicos especializados que participaram da Comissão de Estudos do Pladep.

Segundo Magalhães:

Foi nesse contexto que, ao iniciar-se o primeiro governo Ney Braga, propusemos, com Eduardo Daros, a criação de uma instituição de estudos e pesquisas. Dada a realidade econômica da época é compreensível que a idéia estivesse centrada num instituto de economia agrária. A proposta chegou a ser apresentada oficialmente pelo Paraná a Jânio Quadros, em busca de auxílio financeiro para sua implantação, na reunião que este promoveu com os três governadores da Região sul, em Florianópolis, em março de 1961.

A idéia não se consolidou. Apesar de alguns esforços esparsos, o período não se caracterizou por uma preocupação maior com o planejamento a nível global. O PLADEP prosseguiu seus trabalhos, com Ário Dergint e Adhail Passos, mas o núcleo básico de estudos e pesquisas sobre a realidade paranaense foi-se transferido para a CODEPAR, futuro BADEP, criada em 1962. Na segunda metade da década de 1960 chegaram a haver ali dois órgãos de planejamento: Assessoria de Planejamento e Assessoria de Estudos e Pesquisas, voltados muito mais para o planejamento do Estado do que para a empresa.

²⁶ CARVALHO, op. cit., p. 20.

Mas o que funcionou a princípio foram os financiamentos a empresas oriundas do próprio Estado. Apesar do esboço de planejamento ter iniciado através de uma Comissão de Estudos Econômicos como o Pladep dirigido pelo Tenente Coronel Alípio o governo de Lupion na época não tinha o interesse de criar uma instituição de pesquisa e planejamento no estado e isso também iria ocorrer nos governos subseqüentes, por mais que o primeiro governo Ney Braga criasse instituições e órgãos de governo que assessorassem o desenvolvimento paranaense.

A criação de vários órgãos, instituições e fundações no primeiro governo Ney Braga a partir de 1961 impuseram um novo ritmo de ação estatal, com maior presença e ações efetivas do Estado em direção do aprimoramento da máquina estatal e da construção de obras básicas de infra-estrutura, além de uma preocupação em fomentar atividades produtivas variadas. Mas algumas iniciativas relacionadas à coordenação e o fomento das atividades produtivas pareciam descompassadas e órfãs, sem o eixo central que um planejamento estratégico das atividades poderia prover.

A criação da Codepar em 1962 faz parte de uma estratégia do governo Ney Braga de fomentar as atividades produtivas, em especial uma indústria ainda incipiente e sem expressão, principalmente se comparada ao setor agrícola capitaneado pelo café. Apesar do Paraná aderir as orientações do plano nacional desenvolvimentista às tentativas de alinhar as ações do Estado à política nacional e a ideologia desenvolvimentista industrializante, incorporando os aparelhos de Estado a nova dinâmica capitalista, o foco principal ainda era mais regional. A abertura de espaços de inserção do capitalismo monopolista burguês capitaneado pelo Estado de São Paulo em nível nacional não ocorreu no primeiro momento deixando para a fase desenvolvimentista militarista o papel de incorporar pelo menos parcialmente um capitalismo de caráter mais “cosmopolita” a partir da década de 1970.

Na sequência do trabalho faz-se necessário analisar alguns aspectos que envolvem a atuação da Codepar como órgão responsável pela implementação de políticas, em especial de crédito para as atividades produtivas durante a década de 1960 até a sua transformação em Banco de desenvolvimento do Paraná – BADEP.

4-1 AS INSTITUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTISMO

Quem inicia de fato a trajetória desenvolvimentista no estado do Paraná é Ney Braga (1961-65) com um projeto de aparelhamento estatal mais robusto, com controle das atividades desempenhadas pelo estado de forma a fortalecer a estrutura tecnocrática. Esse período marca a idéia central da ideologia desenvolvimentista que é o fortalecimento da economia via um intenso processo de industrialização.

De acordo com essa ideologia isso é premissa básica para que a sociedade capitalista pós-liberal alcance um nível satisfatório de desenvolvimento econômico-social que permita inserir as parcelas da população que historicamente estiveram a margem do processo de inclusão no que tange aos aspectos de justiça distributiva, igualdade social e equidade.

Outro aspecto importante desse momento refere-se ao fato de que o fantasma da dependência do estado de São Paulo sempre esteve presente e marcou historicamente as relações econômicas e políticas entre esses dois estados. A evasão de divisas em direção ao vizinho, a exportação cafeeira servindo tanto o mercado de trabalho paulista quanto alimentando a dependência de produtos mais industrializados advindos desse estado, e com isso, engordando seus capitais industriais.

O alinhamento político também é uma característica de um estado periférico que ainda não se desmembrou de fato das amarras do eixo econômico-político central desde a sua desvinculação provinciana formal em 1853. Lembrando que as elites políticas empresariais paranaenses apesar de seus interesses e suas especificidades em nível regional mantiveram um alinhamento histórico, político e cultural com o estado vizinho que junto com o Rio de Janeiro detinham e representavam a força política e o eixo dos interesses nacionais.

Segundo Oliveira:²⁷

A vontade da classe dominante da Comarca de Curitiba de se emancipar da Província de São Paulo era um comportamento antigo. Desde os conflitos entre os interesses dos comerciantes de Paranaguá contra os monopólios de Santos e a conjuntura separatista de 15.7.1821. A região de Curitiba teve o seu desenvolvimento bloqueado pelas dificuldades de transporte e comunicações. Mesmo sendo mais antiga que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, aliás, áreas em que contribui para povoar e defender, o Paraná deveria esperar o fim do século XIX e o século XX para acontecer.

²⁷ OLIVEIRA, R.C., **O silêncio dos vencedores**, p. XVIII.

De fato, ainda persiste não apenas na memória das elites e das famílias históricas, mas também na construção do estado intervencionista com maior ênfase através da administração Ney Braga a defesa pela emancipação econômica e política em relação a São Paulo que representa o eixo central e o padrão de desenvolvimento industrial nacional, mesmo que em determinados momentos ocorra convergência com o poder em nível federal.

O Paraná apesar de depender extremamente da produção cafeeira em relação à arrecadação e a própria receita do estado entende que necessita de outras alternativas econômicas para buscar sair da dependência em relação ao setor agrícola, das amarras do estado de São Paulo e ao mesmo tempo buscar o fomento à industrialização como um motor do desenvolvimento econômico-social.

O desenvolvimentismo também carregava um componente ideológico e nacionalista procurando destacar a necessidade do país em alcançar a soberania e autonomia nacional perante os países potencialmente industrializados, e essa retórica também era assimilada em nível regional, tanto por uma questão de aderência a unidade política nacional quanto por uma busca de autonomia e alternativas de dentro do próprio estado e também fora dele. Essa busca refere-se a alternativas econômicas, diminuindo a dependência do setor agrícola e também abrindo espaços a outras atividades econômicas, principalmente aquelas provenientes do setor industrial.

A autonomia está relacionada à dependência econômica e política em relação ao estado de São Paulo, mas também em relação ao próprio estrangulamento interno provocado pela falta de infra-estrutura básica para os investimentos econômicos necessários a dar conta do processo de desenvolvimento do estado.

Segundo Oliveira:²⁸

A resposta à evasão de divisas (tanto por meio da compra de mercadorias industrializadas, quanto pelo escoamento do café paranaense pelo porto de Santos) foi o surgimento de uma versão paranaense da ideologia Desenvolvimentista. Noções tomadas de empréstimos à terminologia Cepalina e Desenvolvimentista, como **satelitização**, **periferia**, **dependência**, etc., configuram uma transplantação do quadro teórico criado para entender as relações entre as diversas partes do sistema capitalista no plano mundial para o cenário interno brasileiro.

A partir de meados da década de 1950 algumas obras de infra-estrutura rodoviária e urbanística no centro de Curitiba são realizadas. A construção da Biblioteca Pública do Paraná e do Teatro Guaíra, assim como a inauguração da

²⁸ OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**, p. 48.

Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel marcam um período de realizações do governo de Bento Munhoz da Rocha.

Curiosamente a criação do PLADEP – Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná foi formalizada numa transição de governo como aponta COSTA:²⁹

Durante o curtíssimo período – menos de dez meses – em que estive à frente do Executivo paranaense, como sucessor de Munhoz da Rocha, convocado pelo presidente Café Filho para a pasta da Agricultura, o governador Adolpho de Oliveira Franco tomou algumas iniciativas meritórias, com o competente respaldo da Assembléia.

Uma delas foi o que se chamaria Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, cuja sigla Pladep logo se tornou conhecida nos círculos especializados dentro e fora do Estado, e seria o embrião de um futuro sistema estadual de planejamento, com a criação da Secretaria de Estado, desse nome, além de outros organismos afins. Coube ao Pladep, pela primeira vez na órbita do serviço público, promover os necessários diagnósticos dos reclamos sociais e econômicos essenciais, justamente na medida em que o Paraná completava a ocupação de seu território dentro do deformado processo aqui indicado.

Mas o Paraná tinha nesse período um aparelho de Estado e uma administração sem expressão e a robustez necessária para conduzir os assuntos estratégicos de estado, assim como também não tinha condições de intervir e dirigir a economia e as questões que envolviam a sociedade paranaense que cada vez mais demandava bens e serviços básicos, já que passava por um período de intenso povoamento e início de um processo de diversificação econômica por mais tímido que fosse.

O Estado organizou e criou aparelhos de Estado mais fortes como instrumento de direção dos assuntos de interesse econômico, social e político no auge da propagação de uma ideologia desenvolvimentista. Isso fez com que Ney Braga iniciasse uma fase de criação de fundações, companhias e instituições estatais que dessem suporte à estrutura tecnocrática com intuito de administrar o aparelho repressor e regulador do Estado. Dentre as várias atribuições desses aparelhos, sem dúvida, algumas delas serviriam de suporte e fomento econômico, principalmente voltados a construção de um processo industrializante.

Desta forma o governo estabelece a criação de um órgão de fomento específico às atividades econômicas, principalmente a industrialização, entendendo que o desenvolvimento econômico-social viria através do setor secundário. Esse

²⁹ COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1995. v. II, p. 431.

órgão é a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR que nós veremos a seguir.

4.1.1. A CODEPAR

O governo Ney Braga assume em 1961 em uma conjuntura política repleta de acontecimentos no âmbito nacional e regional, pois Ney vence as eleições, devido em grande parte ao falecimento do candidato Souza Naves praticamente durante a disputa do pleito, abrindo com isso, um vácuo no processo de competição eleitoral, que mais tarde terminaria por influenciar a favor de Ney nas urnas por uma porcentagem de votos que não o colocara em uma situação de legitimidade confortável; isso tudo somado ao fato do governo estar longe de ter a maioria do apoio necessário na Assembléia Legislativa para a execução de seus projetos futuros, dentre eles, as bases infra-estruturais do desenvolvimentismo.

Segundo Magalhães:³⁰

Quando Ney Braga foi empossado no cargo, em 31 de janeiro de 1961, as perspectivas imediatas não eram animadoras. Além de ter sido eleito por pouco mais de um terço do eleitorado, e de não contar com maioria na Assembléia Legislativa, onde os partidos que o haviam apoiado dispunham inicialmente de 5 cadeiras em 45, enquanto o PSD detinha 17 e o PTB 13, cabia-lhe ainda enfrentar outro difícil obstáculo para iniciar a execução do que propusera na campanha eleitoral: a situação financeira do Estado. Segundo suas palavras, o Paraná apresentava-se nesse momento como “um Estado virtualmente falido, com um déficit assustador no orçamento, o funcionalismo sem receber seus vencimentos havia vários meses, dívidas em considerável atraso em todos os setores da administração (AGUIAR, sd. p. 12)”.

Outro aspecto negativo que Ney tinha que enfrentar era o apoio financeiro dos seus projetos, já que mal tinha condições de arcar com as despesas imediatas. O apoio financeiro proveniente do governo federal frustrou-se já na primeira reunião entre os governadores do sul do país em Florianópolis em março do mesmo ano. O apoio necessário à implementação dos projetos não veio devido à recusa de Jânio Quadros de aceitar o confisco cambial. A idéia era formar um fundo com uma parte do dinheiro advinda desse confisco.

³⁰ MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. São Paulo, 1999. Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado, p. 114, 1999.

O contraditório era que o estado do Paraná havia apoiado a candidatura de Jânio à presidência da República e que a partir de agosto do mesmo ano as coisas poderiam piorar ainda mais para Ney já que com a renúncia de Jânio, João Goulart tomaria posse. O fato de Goulart pertencer aos quadros do PTB poderia influenciar negativamente no que tange a captação de recursos financeiros provenientes do governo federal com intuito de financiar projetos de desenvolvimento econômico-social e fomento às atividades da iniciativa privada, em particular a indústria.

Mas devido à tensa situação nacional a partir da renúncia de Jânio e a ascensão de Goulart a presidência da República e com a imposição de um parlamentarismo de manobra os interesses entre o partido de Goulart – o PTB Partido Trabalhista Brasileiro e o de Ney - PDC (Partido Democrata Cristão) poderiam se convergir.

As idéias em torno de um projeto de desenvolvimento econômico-social em comum e o apoio a Goulart à frente da presidência por parte de Ney facilitaram as alianças realizadas entre os dois partidos. A aliança entre os dois partidos permitiria enfrentar as forças conservadoras representadas pelo PSD juntamente com a adesão política de outros partidos como o PR (Partido Republicano) e o PRP (Partido de Representação Popular) o governo estadual podia contar com a maioria na Assembleia Legislativa e com isso votar com êxito seus projetos e programas.

Com as arestas aparadas politicamente e as estratégias de conformação delineadas o projeto da Codepar pode se viabilizar. A ideologia intervencionista desenvolvimentista repercutia favoravelmente naquele momento e se tornaria norma de boa administração pública e ao mesmo tempo atendia aos interesses no que tange aos aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico com promoção do bem estar social.

O discurso, que apesar de enquadrar políticas consideradas de infra-estrutura sociais e universalizantes como energia elétrica também agradava à classe média e a grande massa de trabalhadores e excluídos, pois se enquadravam no grande pacto social promovido por Vargas a partir do “Estado Novo”, mesmo que esse pacto não tivesse a envergadura dos Welfare States europeus.

Foi baseado nesse pacto social pós-guerra que o ciclo ideológico do desenvolvimento pode agradar a sociedade no seu conjunto até o momento que esbarrou em pontos mal resolvidos na raiz da sociedade brasileira como a reforma agrária, que ainda representava efetiva e simbolicamente o poder que se encontra

salvaguardado nas mãos dos grandes detentores do poder político e econômico do país, principalmente no caso do Paraná, com suas extensões de terras cultivadas e exploradas pela elite e sua cultura cosmopolita de aderência a ideologia, a cultura e a defesa das grandes causas capitalistas do núcleo central.

Nesse estágio do desenvolvimentismo essa ideologia e prática política acumulavam prestígio e não foi difícil para o governo de Ney Braga conseguir o apoio necessário a implementação de seus programas junto à sociedade paranaense.

Segundo Cunha:³¹

Em seu discurso programático, Ney Braga conseguiu ligar diversos setores como classe média (devido ao discurso modernizador), trabalhadores pobres (com a pregação da solidariedade social), empresários industriais (com a promessa de industrialização) e até mesmo cafeicultores, pois como demonstrou Ribeiro (1991), o corpo de técnicos que elaborou o plano de desenvolvimento para o governo Ney estava cômico da dependência que o Estado tinha com relação à renda produzida pelo setor primário (principalmente a cafeicultura), para promover o desenvolvimento.

A percepção de que o Paraná precisava desatar o nó do subdesenvolvimento regional, da dependência econômico-política de São Paulo e da ausência de alternativas no que tange a produção de produtos e mercadorias que não fosse estritamente o café era o que movia os diversos grupos sociais e facções de classe em direção a um pacto político de coalizão em torno do governador Ney Braga.

O que aparentemente parecia um empecilho para o governo Ney Braga devido a tantas adversidades de início revelou no desenrolar dos acontecimentos e das circunstâncias favoráveis uma série de fatores positivos que permitiram a governabilidade com um nível bastante alto de aceitabilidade de suas idéias que estavam ideologicamente vinculadas ao nacional desenvolvimentismo.

Desta forma, a necessidade de criação de um fundo estadual de desenvolvimento juntamente com o apoio do governo federal era crucial para a criação de uma empresa estatal que se encarregasse especificamente de viabilizar projetos de desenvolvimento e industrialização. A sociedade paranaense entendeu a mensagem político-ideológica de que a superação do atraso do estado do Paraná, isto é, o subdesenvolvimento regional apenas seria ultrapassado através de canais que viabilizassem o projeto desenvolvimentista.

³¹ CUNHA Filho, Valter Fernandes da. **Estado, política econômica e cultura desenvolvimentista: o caso do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.** Curitiba. p. 182. Tese (Doutorado) - Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

Mesmo com a promessa de não aumentar impostos feito na campanha de Ney Braga ao governo do estado, os diversos grupos sociais se comprometeram naturalmente a apoiar Ney no tocante a busca de uma solução através da retirada de uma parte da receita dos paranaenses em forma da cobrança de um imposto em particular, o IVC – imposto sobre vendas e consignações.

Mas, antes disso o governo de Ney teve que negociar com a bancada do PTB a criação de um fundo inicialmente composto por via do aumento de impostos, já que os compromissos assumidos pela frente trabalhista não previam ter que admitir em tão pouco tempo que os aliados políticos necessitariam do respaldo financeiro imediato para colocar seus programas em prática, por mais que a dificuldade financeira estivesse anunciada.

Em relação à bancada do PTB, Magalhães comenta:³²

Esta condicionou seu apoio a medidas que faziam parte do ideário programático da esquerda trabalhista, tais como a proibição de financiamentos a empresas controladas por capital estrangeiro e a obrigatoriedade de controle acionário estatal naquelas em que houvesse participação de capitais dessa origem (p. 73), assim como a presença de representantes indicados pelas entidades representativas dos trabalhadores nos colegiados decisórios e de fiscalização da CODEPAR (p. 71).

Esse momento político marcava um período de conformação entre os vários segmentos da burguesia local mesmo que parte da UDN mais tradicional apoiasse um projeto de renovação capitaneado por Ney e o outro pertencente à cúpula udenista do norte do Paraná apoiasse o senador Nelson Maculan.

Isso também se refletia quanto ao PSD que disputava um espaço eleitoral no plano conservador com os udenistas. Isso tudo não permitiu a cisão entre os diversos interesses da burguesia local apesar da variedade de compromissos não apenas de classe, mas principalmente da defesa de interesses de campos profissionais e de negócios específicos em um dado momento histórico.

Esses exemplos reais de preferências políticas disputando os espaços de influência e poder não foram suficientes para desalinhar interesses políticos mais abrangentes e que se moldaram em direção a um projeto de desenvolvimento mais universalizante em termos regionais.

Segundo Augusto:³³

³² MAGALHÃES Filho, **Da construção ao desmanche**, p. 120.

³³ AUGUSTO. Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Helvética, 1978. p. 25-26.

A superação da situação “periférica” está indissolúvelmente ligada às possibilidades de uma industrialização intensiva e extensiva do estado. No entanto, esta, para que se realize, necessita de uma atuação direta do aparelho estatal; é através de sua ação modernizante, racional e dinâmica que tal objetivo – o desenvolvimento do estado via industrialização – será alcançado.

Segue Augusto citando o Programa Governamental de Desenvolvimento Econômico (PGDE):³⁴

“(...) Evidenciou-se a instabilidade da economia paranaense, fundamentada sobre o setor primário, e este dependendo da cultura cafeeira. Chegou-se a conclusão de que é imprescindível uma maior expansão industrial do Paraná, aproveitando-se suas ótimas condições para a agricultura e a pecuária. A industrialização só será possível (...) se os poderes públicos criarem o clima propício à expansão e instalação de novas indústrias (...).”

“No atual estágio atingido pelo Paraná, faz-se necessário uma reestruturação administrativa de base a fim de atender às novas solicitações de serviços públicos estaduais e aumentar a produtividade da máquina administrativa governamental.”

“(...) No Paraná. (...) o papel do poder público é fundamental na criação da infraestrutura necessária à sua industrialização. A iniciativa privada se desenvolverá paralelamente e as economias proporcionadas pela alta produtividade do setor agrícola (café) serão aproveitadas dentro do território estadual quando o Governo estabelecer o clima favorável à industrialização paranaense. (...).”

“(...) a racionalização da política econômica estadual é o requisito essencial para criar o clima propício ao desfecho de uma atuação política dinâmica junto ao Governo Federal em benefício do progresso econômico e social da população paranaense.”

Conclui a autora:

Aliada a crença da necessidade de participação do aparelho estatal na promoção do desenvolvimento, evidencia-se a necessidade de essa atuação se desenvolver em plano mais “técnico” que “político”. Modernização e racionalização do aparelho estatal, nesse plano significam “tecnificação” de seu conteúdo, ou seja, maior “neutralidade” face aos grupos em presença de tal forma que sua eficácia seja maior.

A fase de modernização do estado efetivamente começa então a partir do ano de 1962 com a criação de vários órgãos, fundações, empresas estatais e instituições das mais variadas áreas de atuação. Deste modo surgiram empresas como: Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná – CAFÉ DO PARANÁ – em agosto de 1961; Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR – em julho de 1962; Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – em janeiro de 1963; Centro Eletrônico de Processamento de Dados – CELEPAR – em outubro de 1964;

³⁴ PARANÁ. Governo do Estado. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP). **Programa governamental de desenvolvimento econômico** (PGDE), v. I. Estudo n. 23, fev. 1959, p. 1, apud AUGUSTO, op. cit.; sem grifos no original. As referências a esse estudo, no decorrer do trabalho, indicarão apenas PGDE.

Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR – em maio de 1965 e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR – em 12 de janeiro de 1962.

Mas para que a construção formal da instituição fosse colocada em prática, a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado foi fundamental para que a Companhia alcançasse o nível de aporte financeiro necessário para que a empresa estatal iniciasse seus trabalhos.

Segundo Augusto:³⁵

A partir da criação do FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico, que era constituído inicialmente com recursos provenientes de um empréstimo compulsório adicional, equivalente a 1% do valor das vendas, consignações e transações efetuadas no estado e que seria arrecadado durante um período de cinco anos. Ao final desse prazo, o montante de empréstimo deveria ser resgatado mediante títulos emitidos mais os juros de 4% ao ano (11). Mais tarde (1964) agregou-se ao FDE um empréstimo compulsório especial – ECE – de mais de 1% sobre o IVC (12). Com isso o projeto paranaense de desenvolvimento entrava em funcionamento efetivo a partir de 1962 (pelo menos no seu sentido formal) com a criação de vários organismos, empresas de economia mista e fundações com intuito de reforçar o aparelho estatal para desempenhar as atividades requeridas de fomento e organização do processo produtivo, em particular a industrialização, e ao mesmo tempo servir de aparelho de imposição de força política institucional.

Segundo a História Administrativa do Paraná concebido pelo Arquivo Público do Paraná a Codepar foi instituída oficialmente através da Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962: “Súmula: Institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR” (*Diário Oficial da União*, de 15 de janeiro de 1962).³⁶

A Codepar se transformava em uma espécie de carro chefe das empresas criadas nesse período transformando-se no símbolo do desenvolvimentismo. A empresa foi criada justamente para fomentar o desenvolvimento econômico do estado através do financiamento das atividades produtivas e da industrialização

³⁵ AUGUSTO, op. cit., p. 27-28, nota 11: “A lei original (4529) previa um acréscimo de 1% sobre o IVC para a constituição do FDE, ‘durante 5 (cinco) anos, contados da vigência desta lei’ (art. 2º). Assim, a arrecadação se faria até 12-01-1967. Da mesma forma, quando se institui o Empréstimo Compulsório Especial – ECE -, previa-se sua cobrança até 12-01-1967 (Lei 4826/64, art. 15). Em maio de 1964 (Lei 4863) estabeleceu-se que ‘terminando o prazo de resgate do empréstimo compulsório (art. 16), o Fundo de Desenvolvimento Econômico subsistirá, representado pela participação do Estado (art. 24), até que seja extinto por lei especial e determinado o destino dos saldos de sua liquidação’ (art. 7º. Da Lei 4863 dando nova redação ao art. 11 da Lei 4529). Dessa forma, deixou de existir uma data final para a vigência do FDE, fato que ainda permanece.”; nota 12: “A alíquota do IVC, no Estado do Paraná de 4,95% passou a 5,95% a partir da instituição do FDE (Lei 4529, de 12-01-1962) e a 6,95% após a criação do Empréstimo Compulsório Especial – ECE (Lei 4826, de 20-02-1964).”

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, op. cit., p. 104.

como mola propulsora do crescimento e progresso paranaense. Ela foi concebida como um projeto do Pladep a princípio como uma empresa responsável por estudos, planejamento e coordenação de atividades econômicas, e por isso deveria estar cercada de pessoal qualificado da administração pública no que tange aos aspectos técnicos. Um corpo coeso de profissionais técnicos especializados nas áreas de pesquisa, coordenação, planejamento, setor econômico-financeiro entre outras atividades referentes ao tecnocratismo estatal e que fosse ao mesmo tempo uma instituição isenta em relação à participação política, isto é, o técnico “deveria” estar isolado das interferências políticas, por mais que paradoxalmente as tomadas de decisões em relação a efetivação de determinadas ações serem inerentemente políticas.

Grande parte dos quadros que trabalhavam no Pladep foram transferidos para a Codepar com a intenção de dar forma e conteúdo à empresa no que diz respeito a sua capacidade técnica. Apesar da Codepar representar formalmente uma nova fase do processo de desenvolvimento econômico-social no Paraná seu quadro técnico reconhecia que apesar da necessidade de promover à industrialização o Paraná era por natureza um estado agrícola e que dependia extremamente do café para crescer e se desenvolver.

Segundo Augusto:³⁷

Ao mesmo tempo, essa situação não se restringe somente “à criação da infra-estrutura necessária à industrialização”, ou seja, a uma ação indireta, propiciadora de um clima favorável à instalação de indústrias no Estado, mas trata-se da intervenção do Estado diretamente na promoção da industrialização, através de um mecanismo financeiro subsidiador das mesmas. Isso fica revelado na lei criadora da CODEPAR (9). Seu primeiro artigo dispõe o seguinte:

“E instituído o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, cujos recursos se aplicarão (...) aos objetivos (...) seguintes: a) produção e distribuição de energia elétrica (...); b) investimento do Estado do Paraná (...); c) desenvolvimento industrial e agrícola (...).”

Essa industrialização comandaria as mudanças na base econômica com vistas ao desenvolvimento regional paranaense, mas ao mesmo tempo, os técnicos da coordenação e planejamento consideravam prudente e racional manter os investimentos no setor agrícola devido à extrema dependência econômica em relação a esse setor movido pela exploração do café.

Apesar da dependência que o Paraná tinha e ainda tem em relação ao setor agrícola, contraditoriamente era esse setor que contribuía com a evasão de renda e

³⁷ AUGUSTO, op. cit., p. 27.

com os desequilíbrios externos da economia paranaense, principalmente em relação ao seu vizinho São Paulo. Mas essas mudanças apenas aconteceriam gradativamente e seus técnicos entendiam que os investimentos em infra-estrutura do estado deveriam contemplar mudanças no perfil industrial e tecnológico também nos negócios advindos do campo.

Segundo Kunhawalik, apud Augusto,³⁸

A maior preocupação do governo naquele momento era com as deficiências da infra-estrutura do Estado. Indicador disso são os recursos do FDE, que foram destinados prioritariamente para o setor de energia elétrica e para a construção de estradas. Dos recursos do FDE, 80% foram destinados a gastos com o setor público, sendo que 36% seria para energia elétrica e para a construção de estradas, com prioridade à Rodovia do Café, que ligava o Norte do Paraná a Curitiba e com o Porto de Paranaguá. Dos recursos destinados a empresas privadas, mais de 65% dos financiamentos aprovados estavam vinculados à transformação da produção agropecuária.

Se computarmos todos os negócios voltados ao campo, ou ao rural, podemos notar que os financiamentos aprovados para as empresas privadas se destinavam quase na sua totalidade para o setor primário da economia, ultrapassando 90%. No primeiro momento a Codepar financiava pequenas e médias empresas, mas a partir do golpe militar de 1964 com a maior centralização do poder político a Codepar passa a financiar projetos de empresas estrangeiras, modificando assim o estatuto que deu vida e forma a Companhia. O caráter centralizador do estado em nível econômico e político já existia antes de 1964, tratando-se, portanto, de uma questão que tem raízes históricas no Brasil. Mas é a partir do golpe militar que a centralização política se faz via autoritarismo e imposição de políticas e normas que se enquadram também na configuração de um capitalismo monopolista burguês em ascensão.

Mas o ideário do desenvolvimentismo era discursar sobre o primado do técnico sobre o político e colocar os planejadores em uma situação de distanciamento das influências políticas, porém a intenção era de reforçar a administração estatal, deixando os aparelhos estatais robustos o suficiente para servir tanto como aparelho repressivo de estado e ao mesmo tempo funcionar como pilar de sustentação da infra-estrutura de base de um capitalismo adaptado para assimilar o setor agrícola e a indústria ainda incipiente.

Outro aspecto refere-se ao fato de que na verdade o primado do técnico em relação ao político era uma retórica que na prática não se consolidou. Apesar de

³⁸ KUNHAWALIK, José Pedro, p. 289.

existir insulamento por parte de alguns aparelhos burocráticos de estado as influências políticas e os interesses externos e de coalizão terminam por definir estratégias que se moldam na direção do favorecimento de alguns grupos, campos profissionais e políticos profissionais em torno de idéias e políticas públicas que se aderem a vantagens.

A intenção era de alinhar as decisões dos tecnocratas aos demais grupos que disputavam espaços de manutenção e inserção no poder decisório no que tange a ação política em torno de interesses econômicos. Foram criados conselhos de representantes de vários setores da burguesia paranaense como forma de abrir espaços para a discussão sobre as alternativas ou caminhos que o desenvolvimentismo regional deveria tomar. No tocante a Codepar existia um órgão que decidia sobre a política de investimentos da Companhia denominado de Conselho de Investimentos (C.I.). Este conselho iria definir prioridades de investimento e alocação de recursos tendo em vista as necessidades da economia regional. O conselho também discutiria as regiões do Estado em que se deveriam promover políticas de desenvolvimento regional, além de incentivar a formação de pessoal técnico qualificado para desempenhar funções de coordenação, estudos e planejamento.

Seus membros eram definidos pelo Conselho Coordenador das Classes Econômicas do Paraná – COCEP, pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, pela Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná e pelos três diretores da Codepar.

Segundo Augusto:³⁹

A diretoria era escolhida diretamente pelo Governador, visto que o Estado era acionista majoritário da Companhia; a equipe técnica e administrativa, recrutada através de concurso. Em última instância, a orientação do órgão ficava dependente (mesmo que de forma disfarçada) do Executivo e dos grupos que o apoiavam. A participação dos trabalhadores, restrita a um único elemento, apresentada pelo PTB como condição para apoiar a proposta governamental, além de submersa numericamente, era manipulável na direção dos interesses predominantes. Na realidade, o PTB, através do deputado Waldemar Daros apresentou emenda ao projeto de lei pleiteando que, tanto na Diretoria como nos Conselhos de Investimentos e Fiscal, os trabalhadores tivessem representantes em maioria sobre aqueles indicados pelo COCEP e a Universidade Federal do Paraná, já que “se são classes assalariadas, se é o povo (...) que irá contribuir com a sua poupança (...) que se entregue ao povo e aos trabalhadores a direção da entidade que irá gerir os destinos do mesmo nesse

³⁹ AUGUSTO, op. cit., p. 78. A autora cita Waldemar Daros, do PTB, em discurso na sessão de 03-01-1962, transcrito nos Anais da Assembléia, vol. XLVIII, p. 9618.

período de cinco anos” (161). A emenda, entretanto, foi rejeitada. Ressalta então qual a função da participação dos trabalhadores no organismo: cumpria um papel adequado à população do projeto de desenvolvimento que se explicitava na criação da Companhia mas seu poder de interferência era quase nulo.

A formalização da participação dos trabalhadores, o deslocamento do planejamento em sentido algumas vezes oposto aqueles anteriormente concebidos devido à necessidade que o Estado tinha de envolver diversos acertos políticos com segmentos da política profissional, grupos empresariais, entre outros, desviou o caminho da Companhia justamente para uma direção mais política do que técnica.

Esse problema agravou pós-1964 quando a centralização do poder político autoritário desenhou um novo pacto entre a federação e os estados e a exclusão gradativa da participação dos grupos minoritários das comissões e dos conselhos decisórios. Isso se refletiu na Codepar quando o governador Ney Braga resolveu tomar a frente da Companhia, esvaziando na prática o discurso ideológico democrático desenvolvimentista.

A diminuição da oposição devido à cassação de vários parlamentares por intermédio do golpe e a aproximação entre o centro político representado por Brasília e os governadores contribuiu para deteriorar o projeto paranaense de desenvolvimento e fortalecer o poder dos mandatários do executivo estadual.

Os recursos que alimentavam a Codepar começavam a ser desviados para alimentar vários interesses de nível político e econômico e a satisfazer interesses contraditórios aos projetos de desenvolvimento planejados, coordenados e financiados pela Codepar; além da própria autonomia dos técnicos sendo cada vez mais relativizada. Mesmo antes do golpe as disputas políticas e os interesses variados desviaram os caminhos pelos quais a Codepar havia sido criada.

Segundo Cunha:⁴⁰

As constantes redefinições das bases de sustentação do Governo, formando verdadeiros arranjos governativos, então necessários num ambiente democrático, não ameaçavam somente o projeto de desenvolvimento. A própria Companhia sofria sérias ameaças. A fim de vencer uma verdadeira batalha legislativa para conseguir a aprovação de mais um empréstimo adicional sobre o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) – o Empréstimo Compulsório Especial (ECE) – o Governador Ney Braga teve de fazer várias concessões. A lei 4826 de 20 de fevereiro de 1964, por exemplo, retirava da CODEPAR a função de coordenar a gestão financeira de todas as empresas de economia mista do governo, inclusive a responsabilidade de indicar ao Governador, em lista tríplice, os nomes dos candidatos aos cargos de Diretores Financeiros pelas empresas (AUGUSTO, 1978). É bom lembrar que esta era uma das funções que fazia da CODEPAR uma agência governamental.

⁴⁰ CUNHA Filho, op. cit., p. 188-190.

A nova conjuntura que começou a ser desenhada a partir de março de 1964, pelo menos inicialmente, só veio agravar a situação da Companhia. Devido à participação ativa do Governador Ney Braga nos eventos que derrubaram o Presidente João Goulart, a oposição à sua política desenvolvimentista se apequenou, principalmente pela cassação de alguns parlamentares. A partir de então os governistas, que agigantaram-se do dia para a noite, passaram a desviar cada vez mais os recursos da CODEPAR, que deviam obedecer a um programa de alocação pré-determinado.

O assalto aos cofres da Companhia começou pelo próprio Governador, antes do golpe, quando a oposição ainda era ativa. Devido às suas pretensões nacionais Ney Braga passou a desviar cada vez mais dinheiro do F.D.E. para fins eleitorais (AUGUSTO, 1978:69). Após a instalação do novo regime esta prática se estendeu aos governistas na Assembléia. Um exemplo disso foi o Projeto de Lei 24/65, apresentado pelo deputado Aníbal Khoury, que estabelecia novas regras para o financiamento junto à CODEPAR, fixando um novo limite que poderia ser dado por empréstimos, *independentemente da aprovação do Conselho de Investimentos* (AUGUSTO, 1978:113). Tal projeto foi tornado Lei (5001/65) e, como se pode ver, fez com que as decisões sobre investimentos e empréstimos passassem a depender mais de política do que de técnica e análise.

E uma fase de desprestígio de técnicos especializados começava por dentro da instituição através da manipulação política e econômica do governo e dos grupos de pressão que não gostariam de ver seus projetos sendo avaliados por critérios técnicos já que os interesses de grupos e políticos se revelavam prioridade, principalmente naquele momento onde a oposição estava represada e as ações do governo não sofriam desgastes e impedimentos.

A aderência do governo estadual à política autoritária do governo central tão compassada resultou num forte prestígio de Ney Braga tanto em nível local quanto no cenário federal, já que conseguiu nas eleições seguintes eleger seu secretário da agricultura Paulo Pimentel para o governo do estado e ainda ser cotado para assumir a presidência da República no período subsequente a gestão de Castelo Branco.

O projeto paranaense continuou no governo Pimentel pelos caminhos traçados por Ney, independente de algumas rupturas futuras, mas a nova etapa de acumulação do capitalismo monopolista brasileiro necessitava de um rearranjo, e o Paraná seguiu a cartilha fielmente a esse projeto de continuidade desenvolvimentista, só que agora seria reavaliado através de outros parâmetros e conduzido por programas mais ortodoxos no que tange aos aspectos econômicos. E certamente a Codepar se enquadraria a essas mudanças como uma empresa que passaria por um processo de reestruturação aos moldes do governo autoritário centralizador.

O arrocho fiscal e financeiro que se inicia a partir de meados da década de 1960 conduz a criação de instituições econômicas e financeiras nacionais com

intuito de controlar os recursos de forma rígida e centralizada. A partir disso o governo de Paulo Pimentel começa uma fase de dificuldades econômicas não apenas devido à política econômica, mas também pela queda da produção cafeeira devido em grande medida as fortes geadas que assolaram a região produtora do norte do Paraná.

As restrições orçamentárias afetaram as empresas paranaenses e os recursos financeiros destinados aos investimentos necessários a dar conta do processo de industrialização iniciado por Ney Braga diminuíram abruptamente e o papel da Codepar estava ameaçado. O esvaziamento da decisão técnica incumbida aos tecnocratas em detrimento da política capitaneada por interesses nacionais e regionais removeu a Codepar dos seus objetivos principais.

4.1.2 O BADEP

A Transformação da Codepar em Badep ocorreu por diversas razões, principalmente políticas, mas esse processo de transição ocorreu formalmente a partir do momento que uma Resolução nº 93 do Banco Central de 1968 regulamentou a constituição e o funcionamento dos bancos estaduais de desenvolvimento. O que contribuiu para essa mudança foi à questão que envolve o planejamento econômico estratégico alinhado ao fomento das atividades produtivas das empresas paranaenses. A Codepar carecia de uma assessoria em termos de pesquisa e planejamento e ao mesmo tempo não tinha a flexibilidade para captar recursos oriundos de outras fontes.

Segundo Magalhães:⁴¹

Essa era uma situação anômala. Ocorre que a CODEPAR, como órgão de fomento ao desenvolvimento, precisava, para cumprir adequadamente seu papel, orientar-se pelo balisamento de um planejamento estadual. Como este não existia, tentou-se substituí-lo internamente. Só que a empresa não tinha delegação de competência nem poderes para tanto, além do que, como agente financiador, funcionava a contento, sem qualquer planejamento.

Estas contradições ficaram mais nítidas após a transformação da empresa em banco, em 1969, parte de um sistema de banco de desenvolvimento cujas preocupações maiores eram com o desempenho financeiro, e não com o planejamento, pois essa era a concepção dominante ao nível dos aparelhos de estado federais no período.

Essa foi à fase de menor prestígio da concepção de planejamento do Paraná (e no Brasil).

⁴¹ MAGALHÃES Filho, **O Ipardes há dez anos** p. 3.

Com a desativação do Pladep a Codepar teve que aos poucos assumir o planejamento estadual, mesmo que precariamente, devido a necessidade de uma mínima orientação no sentido de apreciar fomentos de atividades diversas para que fossem submetidos à diretoria do órgão. Com a mudança de órgão de fomento para Banco estadual essas mudanças privilegiariam o ajuste econômico financeiro em detrimento do planejamento estratégico impondo um controle ainda maior em relação às agências de fomento e investimento. No caso da Codepar essas mudanças seriam suficientes para solapar o locus do desenvolvimento através da modificação das diretrizes do projeto paranaense anteriormente concebido. Essa mudança chegaria no auge através da extinção da Companhia, que se transformaria em breve no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná – BADEP.

Esse processo de mudança começa a operar através da entrada em vigor da Lei Federal nº 4.595, de 31.12.64, que dispunha tanto sobre a política quanto sobre o sistema financeiro montado para salvaguardar os interesses financeiro cosmopolita e dos grandes conglomerados que se erguiam com as benesses do estado intervencionista burguês.

Mas a principal modificação no que tange a orientação econômico-financeira esta sendo construída desde o golpe militar e que prioriza investimentos em setores que tendem a concentração dos mercados. Setores fortes e competitivos aliados às empresas estrangeiras passam a ser financiados pelo estado de uma forma mais aguda e constante. A política econômica contracionista que privilegia aspectos relacionados ao controle monetário e fiscal tendem a excluir pequenas e médias empresas em detrimento de oligopólios que detém capacidade para operar em situações de recessão.

Setores da indústria pesada e agroindústria conseguem passar pelos filtros da concorrência econômica impostos por períodos de baixo crescimento e de políticas de contenção inflacionárias severas, por isso passam a se beneficiar tanto de investimentos que terminam por se direcionar a setores mais fortes, enquanto que as empresas de menor porte não conseguem prosperar e são empurradas para fora do mercado. Essa política serve como barreira à competição e ao mesmo tempo serve aos interesses do capitalismo monopolista burguês transnacional.

Se a Codepar passou a ser reconhecida por ser uma empresa criada para fomentar o desenvolvimento econômico paranaense através de financiamentos e investimentos em infra-estrutura de base acompanhando a ideologia desenvolvi-

mentista industrializante em nível nacional no seu segundo ciclo intervencionista e democrático, o mesmo não ocorreu no momento em que o governo federal centralizado sob as bases do autoritarismo impôs um padrão de acumulação que beneficiava os grandes grupos econômicos, imobilizando assim, as ações de incentivo as indústrias nascentes regionais.

O projeto de desenvolvimento paranaense capitaneado pela empresa estatal Codepar marcou uma fase de construção de um capitalismo industrial regional, por isso, a sua ênfase no início dos trabalhos se dava através do fomento de atividades locais. Essa política de beneficiar as empresas locais restringiu a concessão de seus financiamentos apenas as indústrias localizadas no estado e que não fossem ligadas a grupos que pudessem controlar a maior parte do segmento em que atuasse, isto é, essas empresas não poderiam ser monopólios ou estarem vinculadas a esse tipo de concentração de mercado.

O forte ciclo depressivo que o país viveu mesmo antes do golpe militar de 1964 agravado pela política econômica e repressiva de seus aparelhos estatais, além da mudança de orientação dos privilégios em torno de um capitalismo mais avançado e concentrado por grandes grupos econômico-financeiros nacionais e estrangeiros fez com que o planejamento fosse represado através de ações pragmáticas contracionistas conduzindo o país a um rearranjo das forças produtivas e a uma convergência que orbitaria ao redor do grande capital.

A transformação da Codepar em Badep em 1968 é o resultado dessa mudança de orientação em nível nacional e também do momento que o planejamento vivia, isto é, uma fase de pouca orientação nesse sentido.

Segundo o caderno a *História Administrativa do Paraná* produzido pelo arquivo público o Badep foi criado através do ato:⁴²

Ata de Assembléia Geral Extraordinária nº 14 de 30 de setembro de 1968.

Súmula: Altera a denominação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR para Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A – BADEP. Arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 79.578 em 12.12.1968. (**Diário Oficial da União**, de 1º de outubro de 1968).

⁴²ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, p. 112, 2002.

Ao contrário da Codepar que era financiada pela arrecadação de impostos provenientes do próprio estado, o Badep dependia em grande medida de recursos provenientes do governo federal. Os recursos eram retidos pelo governo federal e a formalização desse processo ocorreu através da reforma tributária de 1966 que concentrou a arrecadação de impostos na esfera federal.

Esse momento de transição entre a fase de estagnação e falta de planejamento no Brasil e no Paraná terá o seu momento de discussão e retomada a partir dos anos de 1970 quando o governo federal começará a insistir em orientar as atividades produtivas e retomar o projeto desenvolvimentista, financiando os estados da federação impulsionado pelo chamado “milagre econômico”.

O momento político pós-1968 também marca uma fase de extrema centralização política autoritária, com forte presença do estado no que tange ao funcionamento dos aparelhos ideológicos e repressivos do estado e sua propagação através da administração e do planejamento como instrumento de controle político aliado à idéia de um estado forte. As transformações mais profundas nos aparelhos de controle político e econômico com intervencionismo bastante acentuado começarão a ocorrer na transição do governo Paulo Pimentel até o governo de Jayme Canet, com a construção de um sistema de planejamento que abrange não apenas a questão da nova fase do desenvolvimentismo, mas também, outras instituições políticas que reforçam a ação do estado nos diversos setores, com intuito de promover também uma posição política autoritária bastante presente (aparelhos repressivos de estado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

A ideologia desenvolvimentista no Brasil procurou adequar as políticas públicas às necessidades de uma gama enorme de interesses e demandas complexas, principalmente de vários setores, incluindo a fração do capital internacional conjugado com interesses cosmopolitas da indústria ou empresa nativa. As ações governamentais e o planejamento eram concebidos por homens comprometidos com uma visão de mundo que valorizava o desenvolvimento pelo tamanho e capacidade industrial do parque produtivo.

Essa ideologia norteava o pensamento dos técnicos do planejamento através dos valores propagados e internalizados como os de racionalização e eficácia das ações e tarefas da burocracia estatal, a ponto da idéia do técnico se sobrepor ao do político. Os clichês se espalham e o planejamento é utilizado como ferramenta para atingir objetivos de classe ou de segmentos no processo de correlação de forças.

Essa pesquisa demonstrou que o desenvolvimentismo paranaense passou por duas fases distintas: a primeira, no início da década de 1930 onde inicia a trajetória de um Paraná moderno, mas, ainda muito atrasado segundo uma perspectiva não apenas industrializante como também por parte das instituições políticas e do desenvolvimento econômico-social. Esta primeira fase tinha o objetivo de aparelhar o Estado e prepará-lo para o desenvolvimento das instituições que dariam suporte institucional para que a sociedade pudesse contar com um melhor atendimento de algumas demandas fundamentais, mas, também serviria para que a classe dominante alargasse as suas bases de influência política e econômica através do controle dos aparelhos de Estado.

Na segunda etapa o desenvolvimento tardio chega ao Paraná através da construção de instituições mais robustas sob o ponto de vista econômico e a saída para o desenvolvimento está baseada e advinda do processo de industrialização, que funcionaria como um motor dinâmico e diversificado da produção.

A idéia central era permitir que a economia paranaense pudesse contar com outras alternativas econômicas e a industrialização aparecia como uma saída e ao mesmo tempo um objetivo de desenvolvimento a ser alcançado.

No primeiro momento do governo Ney Braga o investimento e financiamento público teriam a missão de fomentar as atividades produtivas, especialmente àquelas voltadas para os setores ligados à indústria. Essas empresas tinham que ser paranaenses para que fosse viabilizado o fomento econômico, segundo as exigências impostas pela legislação colocada como condição ao desenvolvimentismo autêntico e autônomo. O setor primário representava grande fatia da produção e da renda da sociedade paranaense e a dependência da economia cafeeira deixava o Paraná em uma situação com poucas alternativas.

O golpe militar e as mudanças ocorridas na economia após 1965 esfriaram o esforço desenvolvimentista, mas ao mesmo tempo impuseram condições de transição para uma nova fase desenvolvimentista mais robusta a partir da transição

do governo Costa e Silva para o de Médici no final da década de 1960 juntamente com a transição do governo de Paulo Pimentel para o de Parigot de Souza. O planejamento integrado com o governo federal propiciou ao Estado do Paraná montar um Sistema de Planejamento que pudesse dar conta da infraestrutura necessária ao crescimento e desenvolvimento econômico e social da região.

Instituições como a Codepar e mais tarde o Badep, assim como a Telepar, Sanepar, Fundepar e a própria Copel fazem parte de um período da história do Paraná moderno, em especial dos aspectos relacionados as mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir da metamorfose burguesa ocorrida no Brasil em 1930. A classe dominante tradicional se mescla com as classes emergentes na política e na economia paranaense e as mudanças sociais emergem nesse processo em que pese a urbanização e a maior relevância do Paraná no cenário nacional.

Esse Paraná deixou um legado que as novas gerações podem perceber através, tanto da continuidade quanto da mudança, onde as classes dominantes tradicionais e emergentes permanecem no poder em quaisquer instituições e a sociedade compartilha de um desenvolvimento material e suas desigualdades inerentes a um processo de concentração de poder em quase todas as direções.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Helvética, 1978.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **O que é a Copel**. Companhia Paranaense de energia Elétrica, p. 3-4.
- BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Ed. UNB, p. 1209, 2002.
- BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.
- CARVALHO, Alípio Ayres de. **A economia paranaense e suas perspectivas**. Curitiba: Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado – PLADEP, caderno 1.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.
- CODATO, Adriano Nervo. **A burguesia contra o Estado? Crise política e os rumos da transição**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 1995.
- COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL. **Diretrizes de Ação**. Estado do Paraná, p. 25, 1973
- COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL. **Sistema de planejamento do paraná: experiência institucional**. Curitiba: Sistema de Informações para o Planejamento (SIP) e Unidade Produtora de Informações do Paraná (UPI/PR), 1973.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1995, v. II.

COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens**: análise do pensamento tecnocrático 64-81. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CUNHA Filho, Valter Fernandes da. **Estado, política econômica e cultura desenvolvimentista**: o caso do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. Curitiba. Tese (Doutorado) Departamento de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

DOUTOR Pedro Viriato Parigot de Souza – governador do estado do Paraná. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba: Estado do Paraná, p. IX, 1972.

DOUTOR Emilio Hoffmann Gomes – Governador do Estado do Paraná. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba: Estado do Paraná, p. 36, 1974

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS – IPEA. **A empresa pública no Brasil**: uma abordagem multidisciplinar –. Brasília: IPEA/SEMOR, 1980. Coletânea de monografias.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS (IPEA). **A empresa pública no Brasil**: uma abordagem multidisciplinar. Brasília: IPEA/SEMOR, 1980.

LEÃO, Igor Zanoni Constantino Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) – Conselho de Ciência e Tecnologia, 1989.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

MAGALHÃES. Francisco de Borja Baptista. **O IparDES há dez anos**: história e reflexões. Curitiba: IparDES: setor de documentação.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. São Paulo, 1999. Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado, 1999.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001.

MEMÓRIAS – história – depoimentos. **Referência em Planejamento**, Curitiba, ano 3, n. 9, 4. trim., 1978.

- MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Ed. da UFPR, 2000.
- OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo. **O silêncio dos vencedores**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org); KUNHAVALIK, José Pedro; SALLE, Jefferson de Oliveira. **A construção do Paraná moderno**. Curitiba: SETI, 2004.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado novo 1937-1945: notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, 1997.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- Paraná, 1972. **Planejamento, Ação e Progresso**.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PARANÁ. **Caderno do governo: 1961-65**.
- PARANÁ. Coordenação de Planejamento Estadual. **Sistema de Planejamento do Paraná: experiência institucional**. Curitiba: Sistema de Informações para o Planejamento (SIP) e Unidade Produtora de Informações do Paraná (UPI/PR), 1973.
- PARANÁ. Governo do Estado. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP). **Programa governamental de desenvolvimento econômico (PGDE)**, v. I. Estudo n. 23, fev. 1959.
- SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas e decisões políticas**. São Paulo: FAPESP, 1998.